



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

ALESSANDRA BALTAZAR

GESTÃO COLETIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BATATAIS:

Preservação do Passado e Possibilidade de Futuro

Barretos - SP

2018

ALESSANDRA BALTAZAR

GESTÃO COLETIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BATATAIS:

Preservação do Passado e Possibilidade de Futuro

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu- a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lia Calabre.

Barretos- SP

2018

Polo Barretos - SP

DEDICATÓRIA

À esta cidade que tanto me inspira e sua população.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta monografia, seja me dando uma dica, me passando uma informação, me instigando a continuar ou me deixando envolvida em minhas leituras e pinturas.

Agradeço à família linda que entra comigo em todos os projetos: meu parceiro Adilson, mestre de capoeira e inspiração para minha visão sobre a cultura popular, e minha filha Ana Terra, autora do texto que gerou este projeto.

Agradeço à “Turma D” deste curso que, sob a tutoria da professora Verônica, deixaram as aulas mais ricas com a participação nos fóruns e trocas de materiais.

Em especial, agradeço à tutora Verônica, que nos motivou, formou e forneceu materiais complementares que ampliaram minha forma de compreensão sobre a nossa cultura e educação na área das artes e patrimônio.

Por fim, agradeço à orientadora professora Lia Calabre que chegou no final deste percurso com os principais direcionamentos e ponderações que possibilitaram o fechamento das propostas e concretização da monografia.

Gratidão!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo em 1766, com ampliação destacando a localidade de Batatais..... | 13 |
| Figura 2: Mapa do Sertão que atravessou João Caetano da Silva, 1817, com ampliação destacando a localização da Freguezia do Senhor Bom Jesus dos Batataes..... | 14 |
| Figura 3: Primeira igreja construída no novo povoado de Batatais por volta de 1859..... | 16 |
| Figura 4: Primeira Estação Mogiana de Batatais inaugurada em 1886 e propaganda da Estação Macaúbas..... | 17 |
| Figura 5: Palacete do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, projeto dos arquitetos italianos Júlio Latine e Carlos Zamboni, do ano de 1929..... | 18 |
| Figura 6: Antiga farmácia e residência de Fernando Leite Machado, construída pelo arquiteto italiano Romulo Rigoto | 18 |
| Figura 7: Residência da família Diniz Junqueira, projeto do italiano Ângelo Rossini. | 19 |
| Figura 8: Conjunto de obras do acervo sacro de Cândido Portinari em Batatais | 19 |
| Figura 9: Centro Cultural, Teatro Municipal e Memorial Claretiano. | 20 |
| Figura 10: Obras naif de Con Silva..... | 22 |
| Figura 11: Cafeteira Bradaschia e Topiaria da década de 1930. | 23 |
| Figura 12: Reportagem de O JORNAL DE BATATAIS..... | 27 |
| Figura 13: Ofício solicitando informações sobre o tombamento das telas de Portinari. | 28 |
| Figura 14: Ação popular contra a privatização do Horto em 2017 | 32 |
| Figura 15: Relação entre a área urbana e o cinturão verde do Horto Florestal | 35 |
| Figura 16: Fotografia de baiana tradicional da escola de Samba Riachuelo, utilizada na realização da Oficina de Carnaval..... | 41 |
| Figura 17: Oficina de Carnaval nos barracões das escolas de samba, Acadêmicos e Império. | 41 |
| Figura 18: Oficina de Carnaval nos barracões das escolas de samba, Riachuelo e Unidos do Morro.. | 42 |
| Figura 19: Telas do Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba e Escola de Samba Castelo..... | 42 |
| Figura 20: Foto original do carnaval de Batatais nos anos 80 e tela com releitura realizada pela escola Unidos do Morro. | 43 |
| Figura 21: Confecção da ala das passistas pela Escola de Samba Riachuelo..... | 44 |
| Figura 22: Alegoria e ala dos ritmistas realizado pelo Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba | 44 |
| Figura 23: Oficina na Escola de Samba Castelo e maquete finalizada exposta na Estação Cultura. | 45 |
| Figura 24: A autora (Alessandra) realizando a oficina de máscaras de carnaval na quadra do Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba. | 45 |
| Figura 25: Máscaras confeccionadas durante a oficina..... | 46 |
| Figura 26: Oficina de máscaras com os alunos da escola de ensino fundamental durante a visita à exposição..... | 47 |
| Figura 27: Equipe do Museu juntamente com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Batatais no aterro sanitário..... | 48 |
| Figura 28: Higienização do material e oficina de montagem dos bonecos de carnaval. | 48 |
| Figura 29: Bonecos em homenagem às escolas de samba: Unidos da Fiel, Castelo, Acadêmicos do Samba, Unidos da Liberdade, Unidos do Morro e Riachuelo, expostos na fachada da Estação Cultura. | 49 |
| Figura 30: Casa onde residiu o então prefeito Washington Luís e residência da família do editor José Olympio, ocupadas pela Fundação José Lazzarini e pintadas com as cores de identificação da instituição. | 50 |
| Figura 31: Ação educativa do Passeio Monitorado sendo realizada com os adolescentes da Fundação José Lazzarini..... | 51 |

| | |
|---|----|
| Figura 32 Passeio monitorado realizado com os alunos da Associação Batataense de Ensino, 2013... | 51 |
| Figura 33: Formação do núcleo urbano de Batatais no início do século XIX, Brasil Colônia..... | 52 |
| Figura 34: Passeio Monitorado realizado com as escolas em 2017 e panfleto de divulgação roteiro... | 53 |
| Figura 35: Grupo de estudantes do Curso Técnico de Turismo realizando o passeio noturno e grupo de alunos do Ensino Médio conhecendo a Oficina de Talentos..... | 53 |
| Figura 36: Estudantes conhecendo os painéis artísticos com explicações de um frequentador do Lago Artificial sobre os personagens retratados..... | 54 |
| Figura 37: Divulgação do Passeio Monitorado ao Cemitério de Batatais..... | 55 |
| Figura 38: Túmulo de Imigrante italiano e símbolo de alfa e ômega que na tradição cristã representa a eternidade de Deus. | 58 |
| Figura 39: Vista aérea dos cemitérios, Paroquial e Municipal. | 59 |
| Figura 40: Ancora (símbolo da esperança) e anjos e arcanjos (mediadores entre o céu e a terra) | 60 |
| Figura 41: Baldaquino, coluna partida e cruz de madeira, simbologias da fé cristã | 60 |
| Figura 42: Passeio monitorado no Cemitério Bom Jesus..... | 61 |
| Figura 43: Divulgação do projeto nas redes sociais pela autora e manifestação dos contatos. | 63 |
| Figura 44: Página de apresentação do roteiro | 64 |
| Figura 45: Exemplos de instituições sociais e estabelecimentos comerciais que ocupam edificações históricas no centro de Batatais. | 66 |
| Figura 46: Página sobre o Santuário Senhor Bom Jesus e Praça Cônego Joaquim Alves, com as figurinhas..... | 70 |
| Figura 47: Página sobre o Palacete do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira e figurinhas. | 71 |
| Figura 48: Página sobre casarões e detalhes da arquitetura, com as figurinhas. | 72 |
| Figura 49: Página sobre o Bairro do castelo e figurinhas..... | 73 |
| Figura 50: Página sobre o Bairro Castelo e figurinhas..... | 74 |
| Figura 51: Página sobre os recursos naturais e museu, com figurinhas. | 75 |
| Figura 52: Página sobre os eventos culturais com figurinhas. | 76 |
| Figura 53: Redação sobre o álbum de figurinhas | 77 |
| Figura 54: Redação sobre o álbum de figurinhas | 78 |

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. BATATAIS E SEU PATRIMÔNIO

1.1. Fundamentação Histórica

1.2. Gestão do Patrimônio

1.2.1 Gestão do Patrimônio em Batatais

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1 Conceitos e reflexões sobre Educação Patrimonial

2.2 Ações educativas sobre a temática do patrimônio em Batatais

2.2.1 Oficinas de Carnaval

2.2.2 Passeio Monitorado pelo Centro Histórico

2.2.3 Passeio Monitorado no Cemitério Paroquial

3. PROJETO DE GESTÃO COLETIVA DO PATRIMÔNIO

3.1 Álbum de Figurinhas sobre os bens culturais de Batatais

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

O tema “patrimônio cultural de Batatais” acompanha minha trajetória profissional desde minha formação em 1998, quando a matéria de Técnicas Retrospectivas foi apresentada como disciplina optativa no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNESP/Bauru. De lá para cá muitos dos caminhos que trilhei, uniram minha cidade natal e seu patrimônio, a começar pelo trabalho de conclusão de curso (1999) em que desenvolvi uma proposta de adaptação de uma antiga fábrica de chapéus em um espaço cultural de formação de artistas na área do carnaval, interligando o patrimônio material e o imaterial.

Posteriormente, em 2001, passei no concurso público do município para o cargo de pesquisador cultural, ficando responsável pela gestão do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís. Tal atividade gerou a oportunidade de desenvolver uma especialização pela PUC/Campinas em 2003 com o tema da educação patrimonial, em que apresentei uma proposta de passeio monitorado pelo centro histórico de Batatais, adaptado e desenvolvido até os dias atuais em minhas atividades no museu.

Com a especialização veio a possibilidade de ministrar aulas na UNIFRAN/Franca para os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Artes Visuais, na área de patrimônio e educação patrimonial, desde 2004; estando como a atual docente da disciplina de Técnicas Retrospectivas, hoje matéria obrigatória na formação em arquitetura.

Já como funcionária pública da prefeitura de Batatais, em 2004 passei a ser responsável também pelo Centro de Documentação Histórica da II Guerra Mundial “Capitã Altamira Pereira Valadares” e tive a oportunidade de participar por mais de duas gestões (aproximadamente 5 anos) do COMPHAC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Batatais, podendo entender um pouco mais das dificuldades e limitações das políticas públicas de patrimônio.

A legislação brasileira referente ao patrimônio cultural, principalmente a Constituição Federal de 1988 e o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, propugnam a necessidade de preservação do patrimônio material e imaterial por meio de tombamento e registro dos bens referentes à memória dos diversificados segmentos da sociedade, através de um processo democrático envolvendo órgãos públicos e sociedade civil, como podemos observar nos trechos a seguir:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988, s.p.)

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis. (BRASIL, 2000, s.p.)

Partindo da premissa do envolvimento da sociedade na gestão de seu patrimônio, foi desenvolvido o presente projeto de Educação Patrimonial que possibilita o acesso à informação sobre o patrimônio cultural de Batatais/SP e incentiva a gestão compartilhada entre o poder público e sociedade civil, tendo como produto final a elaboração de um álbum de figurinhas, que poderá ser reeditado em novas versões a cada ano, criando um vínculo da população com seus bens culturais.

De fato, a importância de envolvimento da população na identificação e gestão de seu patrimônio foi debatida e levantada desde a criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) por Mário de Andrade em 1937 e, posteriormente, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até 1967.

Todavia, o discurso passou para a prática apenas no final dos anos 70, através da atuação de Aloísio Magalhães na Fundação Nacional Pró-Memória. Antes disso, em relação aos atores envolvidos na gestão do patrimônio cultural, podemos afirmar que a consciência de patrimônio e sua consequente preservação no Brasil há muito esteve ligada ao trabalho de uma elite intelectual responsável pela definição e institucionalização do que viria a ser patrimônio nacional.

Retornando aos anos 1930, a origem da política patrimonial em nosso país, esteve voltada à atuação de intelectuais modernistas que elegeram a questão da identidade nacional e a busca pela arte genuinamente brasileira como referências da identidade da nação.

O IPHAN foi regulamentado pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e apoio das elites artísticas e intelectuais identificadas com o modernismo, como Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Gilberto Freire e Carlos

Drummond de Andrade. Sobre a presença dos intelectuais no IPHAN, Giovanaz (1979, p.215) destaca que:

Quanto ao papel dos intelectuais na instituição de preservação do patrimônio, segundo Mário de Andrade, cabe a eles as instâncias de atribuição de valor histórico ou artístico a esses bens. O intelectual representa, portanto, o elo de ligação entre um estado centralizador e a população interessada em preservar seus bens e paisagens.

A Constituição de 1967 introduz novas categorias de patrimônio como os sítios arqueológicos e garante a participação da população na preservação do bem cultural, através de ação popular contra os atos lesivos.

Em 1970 é firmado o Compromisso de Brasília, orientando a participação dos municípios na gestão do patrimônio e a formação de repartições culturais.

Alguns programas culturais são criados neste período, como o Programa de Financiamento a Ações Culturais (PAC) e o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) visando a preservação e o incentivo ao turismo.

Em 1971 foi criado o Departamento de Ação Cultural, a primeira estrutura dentro do MEC responsável por cuidar especificamente da cultura em uma estrutura toda voltada para a área de educação, e em 1975, numa tentativa de reaproximar os artistas diante do fim da censura, foi introduzida a Política Nacional de Cultura (PNC). Entre as medidas da PNC foi criada a Funarte.

É também desta época a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC¹), um órgão experimental proposto como um projeto por Aloísio Magalhães, grande incentivador da preservação do patrimônio imaterial brasileiro. Aloísio Magalhães expandiu os conceitos sobre o bem cultural para incluir o bem ecológico e o saber fazer das populações. Para Magalhães, a política do patrimônio devia ir além do belo e do velho.

Segundo Magalhães (1997, p. 190), “a comunidade é a melhor guardiã do patrimônio” e “só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece”; sendo necessário garantir à

¹ O CNRC começou a funcionar em um espaço cedido pela UNB a partir de um convênio com governo do Distrito Federal, com o Ministério da Indústria e Comércio, em 1975. Em 1976 ganhou o apoio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores, do MEC, da Caixa Econômica. Em 1978 passou a ter apoio do CNPq, sendo incorporado ao IPHAN no mesmo ano.

comunidade o acesso aos conteúdos culturais que a capacite para participar da gestão do seu patrimônio.

De acordo com Florêncio (2012, p.23) a Fundação Nacional Pró-Memória criada em 1979 por Aluísio Magalhães, desenvolveu o Projeto Interação que buscava relacionar a educação básica com os diferentes contextos culturais existentes no Brasil, sendo um dos primeiros exemplos de Educação Patrimonial no país, visando diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, trabalhando de forma indissociável o binômio cultura e educação.

O Projeto Interação quis associar a prática escolar rotineira e concreta da educação básica à realidade não menos rotineira e concreta de cada contexto cultural, tal como ele existe e se reproduz, para tornar essa realidade mais acentuada e, criticamente, um instrumento de sua própria transformação, em cada uma de suas comunidades sociais de realização. (FLORENCIO, 2012, p. 23)

Na esfera mundial, a partir de 1973, na Conferência Geral de Genebra, foi definida a categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade e na década de 1980, vários bens brasileiros foram reconhecidos como patrimônio da humanidade pela UNESCO, como a cidade de Ouro Preto (1980), Centro Histórico de Olinda (1982), Centro Histórico de Salvador e Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas (1985), Parque Nacional do Iguaçu (1986) e Brasília (1987).

Também na década de 1980, com o processo de democratização do país, aos poucos as políticas patrimoniais foram ampliando a competência dos estados e municípios na gestão de políticas de preservação do patrimônio. Podemos citar como exemplo os documentos em defesa da participação da comunidade na gestão de seu patrimônio que passaram a ser publicados por representantes internacionais em seminários e congressos sobre o tema patrimônio cultural.

A cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar. Não pode ser privilégio da elite nem quanto a sua produção, nem quanto a seus benefícios. Democracia cultural supõe a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição. (ICOMOS, 1985, s.p.)

No Brasil, a Carta de Petrópolis de 1987, resultante do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, destacava que:

Na preservação do Sítio Histórico Urbano é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que asseguram uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis. (IPHAN, 1987, s.p.)

Por fim, a Constituição Brasileira de 1988, denominada “Constituição Cidadã”, atribui ao cidadão comum o direito de solicitar dos órgãos competentes a proteção de um bem ameaçado, determinação esta que garante a preservação do patrimônio até os dias atuais. Desta forma, a preservação deveria acontecer independente dos tombamentos.

Conforme dito no início, este processo de democratização da gestão do patrimônio cultural, que culminou com a Constituição de 1988 e reafirmada pelo Decreto 3.551, preconizava a valorização da parceria entre poder público e comunidade na definição das diretrizes das políticas e, particularmente, na definição dos bens que serão salvaguardados.

Desta forma, gestores públicos e cidadãos devem assumir a corresponsabilidade de eleger democraticamente o que será preservado como representação da identidade da sociedade como um todo.

Impossível pensar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-la à transmissão, difusão e apropriação, por parte dos grupos sociais a que se refere, dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais. Sem essa preocupação, o recurso aos instrumentos legais de proteção fica reduzido a um conjunto de meros atos declaratórios de valor, cujos eventuais efeitos na limitação de direitos de uso dos bens protegidos podem ser apreciados negativamente por setores da sociedade, na medida em que a preservação do patrimônio seria percebida como cerceamento à liberdade individual e obstáculo ao desenvolvimento. (LONDRES, 2012, p. 14)

Diante de tal perspectiva surgem as seguintes indagações: Como garantir a ampla participação dos indivíduos e da sociedade no processo de definição de seu patrimônio? Como capacitar a sociedade sobre a consciência da historicidade do homem e da cultura, para a identificação de seus bens patrimoniais?

Sendo um direito constitucional, cabe aos gestores públicos o dever de fomentar e desenvolver políticas públicas e projetos culturais, dentre os quais os de Educação Patrimonial, que promovam a participação ativa da comunidade na gestão de seu patrimônio, seja através de conselhos, legislações, ações educativas, medidas de vigilância e outras ações que possam ser implementadas.

Desta forma, visando envolver a população na identificação e preservação de seus conjuntos de bens culturais, foi criada a proposta do “Álbum de Figurinhas de Batatais”, com roteiros diversificados que perpassam o tangível e o intangível, apresentando a pluralidade cultural da cidade para seus moradores.

A proposta do objeto álbum de figurinhas é uma tentativa de aproximar o público de seu patrimônio de uma forma lúdica e ao mesmo tempo instrutiva, assim como são os álbuns de figurinhas da Copa do Mundo, apresentando informações, curiosidades, detalhes e muitas imagens ilustrativas da cidade, sua história e cultura.

Também dentro da logística dos álbuns de figurinhas, o projeto propõe a edição de um álbum diferente a cada ano, de preferência para ser lançado no mês de março quando se comemora o aniversário da cidade, sempre com temas novos que possibilitem a compreensão do quão múltiplos e significativos são os bens que compõem o patrimônio cultural da Estância Turística de Batatais.

Para refletir sobre este tema, a monografia está dividida em três capítulos, sendo o primeiro dedicado ao estudo da fundamentação histórica de Batatais e seus principais bens culturais, além do levantamento do percurso feito pela gestão do patrimônio cultural na cidade.

O segundo capítulo aborda conceitos e reflexões sobre Educação Patrimonial, apresentando algumas ações educativas sobre a temática do patrimônio em Batatais realizadas pelo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, possibilitando uma análise das metodologias e impactos das ações na sociedade.

Por fim, o último capítulo apresenta uma proposta de gestão coletiva do patrimônio, com a elaboração de um Álbum de Figurinhas sobre os bens culturais de Batatais, que poderá ter edições diferentes a cada ano, se tornando um objeto de coleção e de difusão do patrimônio material e imaterial da cidade.

Tendo sido encontrado ouro em Minas Gerais (1690), Cuiabá (1718) e em Goiás (1724), a metrópole de Portugal passou a adotar a política de sesmarias visando um controle do território a fim de se evitar o contrabando do ouro, povoando os caminhos e garantindo mantimentos aos entrantes.

No ano de 1728 a paragem de Batatais foi dividida em duas sesmarias que foram doadas a Pedro da Rocha Pimentel, que com o passar dos anos foram sendo subdivididas em várias fazendas.

[...] as sesmarias eram doações que não acarretava, obrigações pecuniárias do Dízimo de Deus, que devia ser pago à Ordem de Cristo.

[...] Essa política de concessões de sesmarias, que no Brasil objetivava sobretudo o enriquecimento do reino, por meio do cultivo de terra, inicialmente destinadas ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar, passou, em inícios do século XVIII, a preencher uma nova lacuna: a assistência à tropas que trafegavam pelos caminhos das minas, suprindo-as e evitando o contrabando do ouro. (CARDOSO, 2014, pp. 28-29)

A primeira formação do arraial de Batatais em torno de uma paróquia aconteceu em 25 de fevereiro de 1815 com o alvará emitido por D. João VI criando a “Freguezia do Sr. Bom Jesus dos Batataes”, tendo como padroeiro o Bom Jesus dos Batataes.



Figura 2: Mapa do Sertão que atravessou João Caetano da Silva, 1817, com ampliação destacando a localização da Freguezia do Senhor Bom Jesus dos Batataes.

Fonte: <https://goo.gl/images/84Rkfk>, acesso em outubro de 2018.

De acordo com Cardoso, quando surgiram os primeiros arraiais era imprescindível colocá-los sob a proteção de um santo, ao qual se erguia um templo, e, uma vez criadas as freguesias, seus moradores ficaram mais diretamente sob o zelo da Igreja. (CARDOSO, 2014, p. 20)

Sobre a origem do nome de Batatais, muito já se estudou, sem ser possível chegar em um consenso se o nome provém das plantações de batata roxa dos índios kaiapós, ou se refere ao termo “batata” falado pelos portugueses para denominar as pedras de ouro, ou até mesmo se está relacionado à lenda da cobra de fogo boitatá. Em relação às plantações de batata, Cardoso afirma que:

[...] O único documento que se conhece sobre o local em que foram encontrados os batatais pela bandeira do segundo Anhanguera são as informações prestadas pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga, participante dessa bandeira. (...) De imediato, verifica-se que, na descrição do caminho percorrido, o autor faz referência apenas a Jundiá e Rio Mogi. Seguem-se, até o Rio Grande, rios, córregos, capões e matos, cujos nomes não são mencionados. Não há qualquer referência a Batatais, o que nos leva a admitir que esse topônimo não era empregado para essa região, aquém Rio Grande. [...] Portanto, como os bandeirantes não foram plantadores de batatas e como não se conhecem documentos relativos a batatais, abaixo do paralelo do Rio Grande, a suposição de que o topônimo em questão se origine desse alimento carece de maior consistência. (CARDOSO, 2014, pp. 36-37)

Sobre o termo utilizado para denominar pedras de ouro,

Não se pode deixar de considerar que os termos batatal ou batatais aparecem comumente em documentos setecentistas, referindo-se não a plantações de batatas, mas a locais onde se extraía ouro, ou mesmo como método de extraí-lo. (...) Portanto, lugar da superfície da terra onde se encontravam folhetas de ouro que lembravam folhas de batateiras era chamado de batatal. Considera-se que batatal era expressão já divulgada em Portugal, pois, segundo texto impresso em 1723, ficava-se sabendo que em Minas Gerais, mais precisamente na Vila do Infante, havia terra tão rica em ouro, que achavam nela seus descobridores pedaços tamanhos como batatas, e por isso lhe chamaram o Batatal. Silva e Sousa registra que o segundo Anhanguera, ao descobrir ouro, encontrou mais grandeza no lugar do Batatal, entre Ouro Fino e Ferreiro. (CARDOSO, 2014, p. 39)

Já sobre a relação do nome com a lenda da cobra de fogo, o mesmo autor defende que:

Já não se duvida de que a palavra em epígrafe – bem como suas variantes, mboitatá, boi-tatá, etc, seja de origem tupi. [...] Sabe-se hoje que tais relatos dizem respeito ao fogo-fátuo, combustão espontânea de gases que se formam em substâncias orgânicas em decomposição, fenômeno que naturalmente levou indígenas – tão propensos à elaboração de mitologia influenciada por fortes impressões sensoriais – à crença de tal gênio ou espírito. Resta saber se essa palavra também era empregada pelos antigos habitantes da região de Batatais. Ora, sabe-se que se tratava de território caiapó e não tupi, portanto de língua diferente. [...] Acrescente-se ainda que entre os mitos caiapós,

exaustivamente estudados por Lukesch, nada se encontra que ao menos de longe lembre boitatá. [...] Portanto, expressões como mboitatá ou boitatá – para se explicar a origem do topônimo Batatais – não resistem a um exame mais rigoroso. (CARDOSO, 2014, pp. 37-39)

Desta forma, a origem do nome da cidade se torna uma incógnita. Outro fato marcante na história da cidade corresponde à mudança da sede da Freguesia, primeiramente instalada na Fazenda Batatais e posteriormente transferida para as terras da Fazenda Campo Lindo das Araras, de propriedade de Germano Moreira e Ana Luísa; terras essas doadas à igreja em 1821. Desta forma, a primeira igreja foi abandonada, sendo construída uma nova para o novo local do povoado.



Figura 3: Primeira igreja construída no novo povoado de Batatais por volta de 1859.
Fonte: (MASSOLI, 2015)

Sobre este fato é interessante destacar que a bandeira do município traz como cores principais o azul e vermelho que são uma referência às cores das araras que existiam em abundância na fazenda de Germano Moreira.

A Freguesia de Batatais foi subordinada ao município de Franca até o ano de 1839, quando em 14 de março foi elevada à categoria de município, com a instalação de uma Prefeitura e de um Fórum e Cadeia para realizar o julgamento de um vereador de Franca chamado Anselmo Ferreira de Barcelos. Este julgamento ficou conhecido na história como Anselmada.

O primeiro desenvolvimento econômico de Batatais ocorreu com a expansão do café pelo estado de São Paulo. Sendo uma região de solo fértil, clima propício e com mão de obra escrava na lavoura, o escoamento da produção cafeeira foi viabilizado pelos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana, instalada na cidade em 1886.

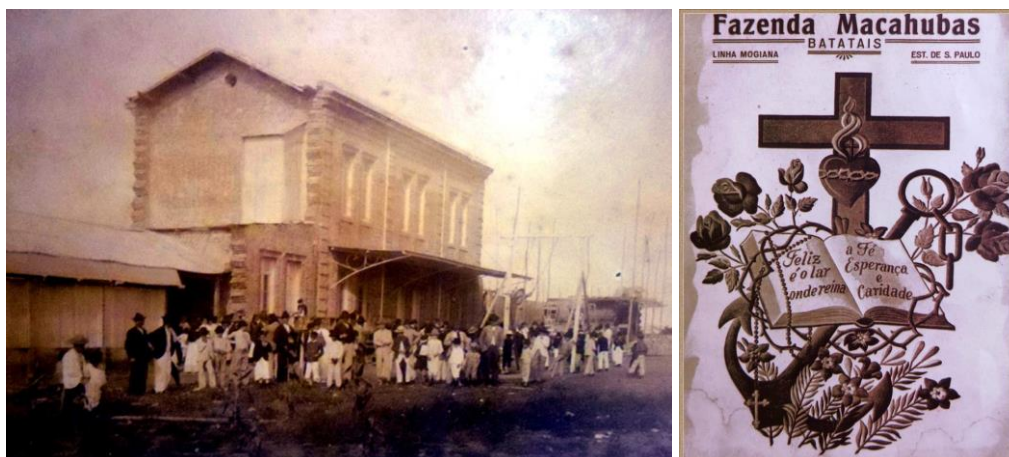


Figura 4: Primeira Estação Mogiana de Batatais inaugurada em 1886 e propaganda da Estação Macaúbas. Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, 2018.

A ferrovia viabilizou o envio das sacas de café até o Porto de Santos e a vinda de imigrantes italianos para a cidade, após a abolição da escravidão em 1888.

A prosperidade da economia cafeeira fez com que uma fazenda de Batatais, denominada Macaúbas, construísse uma outra estação em acordo com a Companhia Mogiana, nas terras da fazenda, para transportar o café direto ao Porto de Santos.

A presença do imigrante italiano possibilitou uma mudança significativa da paisagem urbana da cidade entre o final do século XIX e meados do século XX, com a construção de edificações de elevado valor estético de autoria de arquitetos italianos como Carlos Zamboni, Ângelo Rossini, Júlio Latini e Rômulo Rigoto.

Além dos italianos, vieram também a Batatais os imigrantes japoneses, sírio libaneses e portugueses. Atualmente identificamos também a presença de famílias chinesas que vieram no início do século XXI e estabeleceram comércios nas áreas de lanchonetes, eletrônicos, utensílios e artigos de papelaria.

Dentro dos ciclos econômicos da cidade, após o ciclo cafeeiro, a mesma passou pelo desenvolvimento da indústria têxtil nos anos 40, da pecuária leiteira nos anos 60,

implementação da indústria siderúrgica e de maquinários agrícolas nos anos 80 e por fim, da instalação de grandes latifúndios de cana de açúcar arrendados para usinas no final dos anos 90.

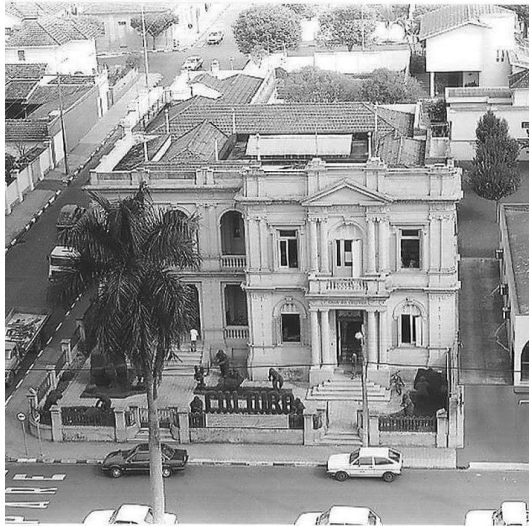


Figura 5: Palacete do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, projeto dos arquitetos italianos Júlio Latine e Carlos Zamboni, do ano de 1929.

Fonte: (ULIANA, 2016)



Figura 6: Antiga farmácia e residência de Fernando Leite Machado, construída pelo arquiteto italiano Romulo Rigoto

Fonte: (PESENTI, 2015)

Em 1994, Batatais é elevada à categoria de Estância Turística do Estado de São Paulo pelos seus atrativos naturais (Horto Florestal, topiaria e Parque Náutico) e artísticos (acervo sacro de Cândido Portinari e conjunto arquitetônico).



Figura 7: Residência da família Diniz Junqueira, projeto do italiano Ângelo Rossini.
Fonte: (PEGRUCCI, 2017)



Figura 8: Conjunto de obras do acervo sacro de Cândido Portinari em Batatais
Fonte: <http://www.batatais.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/pinturas.jpg>

Nesta trajetória, a cidade de Batatais foi se desenvolvendo e ampliando a sua área urbana, com ou crescimento populacional estimado acima de 10%, conforme o último censo de 2010, que acusou a existência de 56.476 habitantes, prevendo atingir a marca de 62 mil habitantes em 2018.

A economia local atualmente gira em torno do setor industrial na área têxtil, aço e inox. O setor agropecuário está voltado para as áreas de maquinários agrícolas e usinas de cana de açúcar, além do setor de serviços e comércios.

A economia canavieira estimula o crescimento populacional do município com a vinda de migrantes, principalmente nordestinos, para residir e trabalhar em Batatais, mesmo após o fim da queima da cana para o corte. De acordo com dados de análise do IBGE em relação ao Censo Demográfico de 2000, a cidade de Batatais teve um crescimento populacional de 1,67% ao ano, no período de 1991 a 2000. (IBGE, 2004, p.137). Parte deste crescimento pode ser atribuído à migração de trabalhadores agrícolas que se mudam para Batatais e se instalam em grande parte nos bairros periféricos.

A cidade é servida dos seguintes equipamentos culturais:

- Estação Cultura Editor José Olympio (antiga Estação Mogiana), sede do curso de pintura em tela à óleo, da Banda Musical Municipal Dr. Washington Luís, do grupo de chorinho “Cisco nos Zóio”, do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís e da Biblioteca Municipal Dr. Altino Arantes;
- Centro Cultural Professor Sérgio Lauratto (antigo Fórum e Cadeia), sede dos cursos de música do Projeto Guri e do Núcleo Musical Major Joaquim Antão Fernandes, aulas de coral, viola caipira, capoeira, grupos de hip hop e grupos teatrais;
- Teatro Municipal Fausto Bellini Degani, sede das aulas do Ballet Municipal;
- Centro de Documentação da II Guerra Mundial Capitã Enf. da FEB Altamira Pereira Valadares, anexo ao Tiro de Guerra 02-047 de Batatais, com a história das enfermeiras da FEB e dos pracinhas batataenses;
- Cine Batatais (cinema que funciona sob a concessão da Prefeitura Municipal);
- Memorial Claretiano, no Colégio São José de Batatais.

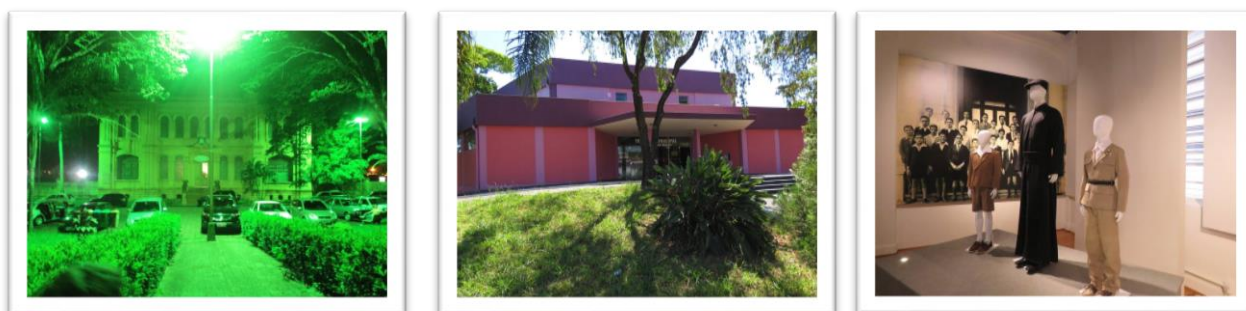


Figura 9: Centro Cultural, Teatro Municipal e Memorial Claretiano.
Fonte: Acervo pessoal, 2016

Já sobre os bens culturais da cidade, destacamos:

- Personagens históricos:

- Washington Luís: não nasceu em Batatais, mas iniciou sua carreira política em Batatais, sendo vereador e intendente da cidade de 1897 a 1901;
- Major Joaquim Antão Fernandes: nasceu em Batatais em 1864, foi o músico criador da Marcha Batida de introdução do Hino Nacional Brasileiro e maestro fundador da Banda Sinfônica da Polícia Militar de São Paulo. O coreto da Praça da Luz em São Paulo foi tombado com seu nome;
- Altino Arantes: batataense, foi deputado federal por quatro mandatos e governador de São Paulo de 1916 a 1920. Foi o primeiro presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), cujo edifício sede em São Paulo recebe o seu nome;
- Celso Garcia: nasceu em Batatais em 1869, advogado, atuou como jornalista e foi vereador da cidade de São Paulo, sendo um defensor das causas operárias. Em São Paulo há uma avenida e um busto em sua homenagem.
- José Olympio Pereira Filho: batataense, editor de livros, fundador da Casa José Olympio Livraria e Editora em 1931 em São Paulo;
- Zeca Lopes: José dos Santos Lopes, jogador do Batatais Futebol Clube, Corinthians e Seleção Brasileira de 1938;
- Algisto Lorenzato: também conhecido como “Goleiro Batatais”, jogou no Palmeiras, Fluminense e na Seleção Brasileira de 1938;
- José Guilherme Baldochi: campeão brasileiro pelo Palmeiras em 1967 e campeão da seleção de 1970;
- Romulo Rigotto, Ângelo Rossini, Carlos Zamboni e Júlio Latini: imigrantes italianos que residiram em Batatais e construíram inúmeras edificações (públicas e privadas) do final do século XIX até meados do século XX;
- Diva Nolf Nazário: nasceu em Batatais em 1897, cursou Direito na Faculdade do Largo São Francisco em São Paulo e foi pioneira na defesa do direito ao voto pela mulher;
- Altamira Pereira Valadares: nasceu em 1910 e foi uma das 73 enfermeiras da FEB durante a Segunda Guerra Mundial), entre outros;
- Sansei Jesus Beirigo: 1941/2103, introduziu a tradição do judô em Batatais na década de 1970;

- Artistas:

- Cândido Portinari: natural de Brodowski, o maior acervo de arte sacra de sua autoria está no Santuário Senhor Bom Jesus da Cana Verde em Batatais;

- Bassano Vaccarini: italiano que morou na cidade vizinha de Altinópolis e deu aulas em Batatais. Realizou mais de seis esculturas em espaços públicos da cidade;
- Agaso: Antônio Gabriel de Sousa artista naif;
- Roberto Bérghamo: batataense falecido neste ano de 2018, realizou inúmeros trabalhos em pinturas e murais de azulejos por Batatais e região.
- Zé do Lino: artista cubista;
- Aparecido José Diani: artista surrealista;
- Conceição Silva: conhecida como Con Silva, artista naif com trabalhos representativos da cultura afro-brasileira;
- Maclau de Mello: Maria Cleusa, artista plástica com inúmeros trabalhos em pintura na linha acadêmica e mural;
- Célia Natalina: poetisa e artista plástica, entre outros;



Figura 10: Obras naif de Con Silva
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

- Manifestações Culturais:

- Folia de Reis: Companhia de Reis Irmãos Baviera, Unidos da Coroa, Santana do Estreito, Irmãos Teixeira, Unidos de Batatais e Estrela do Oriente;
- Escolas de Samba: Acadêmicos do Samba, Castelo, Riachuelo, Unidos da Liberdade e Unidos do Morro;
- Carnaval de marchinhas: Bloco Só Mais Um;
- Festival Nacional de MPB;
- Festival gastronômico italiano, Festa de San Gennaro, no mês de setembro;

- Festa agropecuária “Festa do Leite”: evento realizado desde a década de 1970 no mês de julho em comemoração à história da economia leiteira na cidade;
- Festival de Folclore promovido em agosto pela Associação Folclórica de Batatais;
- Quermesses das igrejas de Santo Antônio, São Sebastião, Santa Cruz e de Nossa Senhora Aparecida;
- Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus da Cana Verde em agosto;
- Procissão de Corpus Christi, alguns anos realizada no Sambódromo e outros anos realizada em pontos específicos pela cidade como a Praça da Bíblia, Cemitério e Igreja;
- Procissão de Santos Reis;
- Procissão de São Judas Tadeu, da capela de São Sebastião até a Capela de São Judas;
- Procissão de Nossa Senhora Aparecida;
- Cavalgadas;
- Rodas de capoeira do Grupo Axé Liberdade;
- Ofícios de benzedeadas;
- Festas juninas no meio rural e na cidade.
- Produtos típicos local:



Figura 11: Cafeteira Bradaschia e Topiaria da década de 1930.
Fonte: Acervo Digital de Batatais, acesso em 2018.

- Cafeteira Bradaschia; criada por Emygdio Bradaschia para a Exposição Internacional Comemorativa do 1 Centenário da Independência em 1922, premiada em segundo lugar em sua categoria;
- Artesanato: principalmente na área de bordados e crochês;
- Geleia de Mocotó;
- Pinga Artesanal;

- Pipoca com bacon e queijo na praça central;
- Topiaria: técnica de esculpir e dar forma a plantas
- Bens naturais
 - Parque Náutico Carlos Zamboni;
 - Lago Artificial e a popular “Gordovia”, avenida com pista de caminhada;
 - Horto Florestal;
 - Córrego do Castelo;
 - Bosque Municipal;
 - Parque das Nascentes;
 - Cachoeira do São Carlos.
- Clubes sociais e esportivos
 - Clube 14 de Março: sua origem está relacionada aos clube da alta sociedade;
 - Clube ABR Operária: criado pela classe operária das fábricas e imigrantes italianos;
 - Clube Princesa Isabel: fundado para acolher a comunidade negra de Batatais, sem excluir os brancos;
 - Centro de Cultura Física de Batatais;
 - Batatais Futebol Clube.
- Lugares Curiosos:
 - Bar do Calila: boteco repleto de coleções e curiosidades espalhadas pelas bancadas e paredes;
 - Oficina de Talentos: casa antiga do início do século XX, com artesanatos em patchwork.

Por fim, seja pelos valores arquitetônicos, históricos, artísticos ou culturais, a cidade de Batatais possui um rico acervo de bens materiais e imateriais, acessíveis a quem trabalha com os museus e patrimônio, mas pouco explorados ou identificados pela sua população local, sendo necessário proporcionar a informação e aproximação com esses bens afim de se garantir a sua preservação e gestão coletiva.

1.2 Gestão do Patrimônio

De tempos em tempos nos deparamos com os questionamentos sobre “Quem determina o que é e o que não é arte?”, “Quem determina o que é e o que não é patrimônio?”, “Quem

determina o que entra ou não na história da arte?”, “Quem determina o que entra ou não no acervo de um museu?” e “Qual é o limite da propriedade do artista sobre sua obra?”

Poderíamos mudar as perguntas para quais os critérios utilizados para se determinar e legitimar o que é arte, patrimônio cultural e o acervo de um museu; e, apesar destes questionamentos não terem nenhuma originalidade, o que mais nos intriga é justamente o porquê essas decisões ainda geram conflitos e estão nas mãos de uma minoria, sejam eles acadêmicos capacitados para tal ou apenas intelectuais e artistas engajados na defesa da arte, memória e patrimônio cultural.

Diante do exposto, torna-se um grande risco manter essas decisões restritas a tão poucos historiadores, curadores ou instâncias oficiais na área cultural, pois, muito do que é arte, patrimônio e acervo pode ficar fora desta legitimação oficial.

Outro risco é justamente o reconhecimento desses bens como arte, patrimônio ou acervo museológico, o que pode provocar a perda da característica que os tornava excepcional e identitário de uma cultura.

Tal situação é exemplificada por Ramos, sobre a mudança sofrida pela gravura popular de ilustração dos folhetos de cordel, que antigamente era vendida em mercados públicos e que depois de ser reconhecida como categoria privilegiada de arte popular, tornou-se acervo exclusivo de museus.

(...) o processo de legitimação da gravura popular não significou apenas a criação de uma nova categoria artística. Na verdade, ao retirar as obras do mercado, para levá-las ao museu, os representantes da cultura acadêmica, oficial, fizeram bem mais do que tirar uma produção do anonimato, colocando-a no centro do palco da arte brasileira: eles também condenaram essa produção a desempenhar um papel bastante controverso, numa peça extremamente complexa, sobre a questão da identidade de um povo e de uma região. (RAMOS, 2010, p. 54)

Outro exemplo de descaracterização do patrimônio após o seu reconhecimento e valorização turística, pode ser dado em relação à Festa Popular do Sairé nas comunidades no Baixo Amazonas. Uma festa religiosa inicialmente praticada pelos índios no século XVII e que com o passar dos anos foi sendo totalmente descaracterizada.

Ao deixar de ser organizada pela igreja católica na década de 70, os organizadores da comunidade introduziram danças folclóricas juninas, alteraram do local de realização e até a data comemorativa da festa, que já foi em dezembro, junho, julho e setembro visando se adequar ao mercado turístico.

Recentemente a festa ganhou características da festa de Parintins, porém sem a riqueza de recursos e cultura, sendo mantida pelo poder público, tornando-se um produto turístico quase que sem nenhuma identidade cultural com a população local.

E assim, o que podia ser positivo para a arte e cultura, acaba por descaracterizá-las e mutilá-las em sua essência e autenticidade.

1.2.1 Gestão do Patrimônio em Batatais

Em Batatais, o primeiro registro de tombamento de patrimônio oficial está relacionado ao Projeto de Lei nº 1345/73 de autoria do deputado federal Adhemar de Barros Filho, propondo uma lei de proteção ao acervo de Cândido Torquato Portinari (“São Bom Jesus da Cana Verde” - 5 quadros, “Nossa Senhora Aparecida” - 4 quadros, “Transfiguração de Jesus”, “São Sebastião”, “Batismo de Jesus”, “A Fuga para o Egito” e “A Sagrada Família”) doados pela Comissão de Obras da Igreja Matriz de Batatais à Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde.

O Projeto de Lei foi considerado inconstitucional e injurídico pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o que não impediu o IPHAN de incorporar o conjunto pictórico ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscritos em 24 de setembro de 1974 no Livro das Belas Artes do IPHAN, folha 95, sob o número 519.

Tal tombamento foi resultado da tentativa do poder público municipal proteger um patrimônio ameaçado de degradação de acordo com reportagem do “O Jornal” de Batatais, datado de 23 de fevereiro de 1974, anexada ao processo de tombamento do IPHAN (IPHAN, 1974).

No corpo do processo de tombamento, há um parecer da Chefe de Seção de Arte do MEC-IPHAN, Lygia Martins da Costa, informando que o conjunto da Via Sacra realizada por Portinari para a mesma igreja, também deveria ser protegido, o que não foi atendido em sua íntegra pelo IPHAN, sendo tombado ao final do processo apenas o conjunto dos 14 quadros propostos pelo Projeto de Lei 1345/73.

Todavia, que não se limite a eles o tombamento a ser feito agora. Do mesmo autor e na mesma Igreja, igualmente remetidas a este Instituto pelo Ilustre Deputado paulista, fotografias dos Passos revelam outro conjunto a ser preservado, também de grande categoria posto que de intenção plástica diversa. À preocupação neo-realista da preservação de detalhes e ao sentido predominantemente estático das peças do 1º

Grupo se contrapõem, neste, uma visão dinâmica e trágica, em linguagem de aparência simplificada, o espírito emocional tenso da Paixão de Cristo. Recomenda-se, pois, a proteção dos dois conjuntos de Portinari na Matriz do Bom Jesus da cana Verde, de Batatais, inscrevendo-os ambos no Livro do Tombo Artístico do IPHAN. Rio, em 9.8.1974. Lygia Martins Costa, Chefe da Seção de Arte. (IPHAN, 1974)



Figura 12: Reportagem de O JORNAL DE BATATAIS

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, Processo nº 903-T-74, disponível em <http://acervodigital.iphan.gov.br/> acesso em outubro de 2018.

Chama a atenção, o fato que passados três anos do tombamento pelo IPHAN, o prefeito da cidade em 1977, Antônio Claret Dal Picolo, nada tinha de documentação sobre o mesmo, sendo uma constante dúvida se tais bens eram ou não patrimônio, encaminhado ao IPHAN uma solicitação de informações sobre respectivo processo.

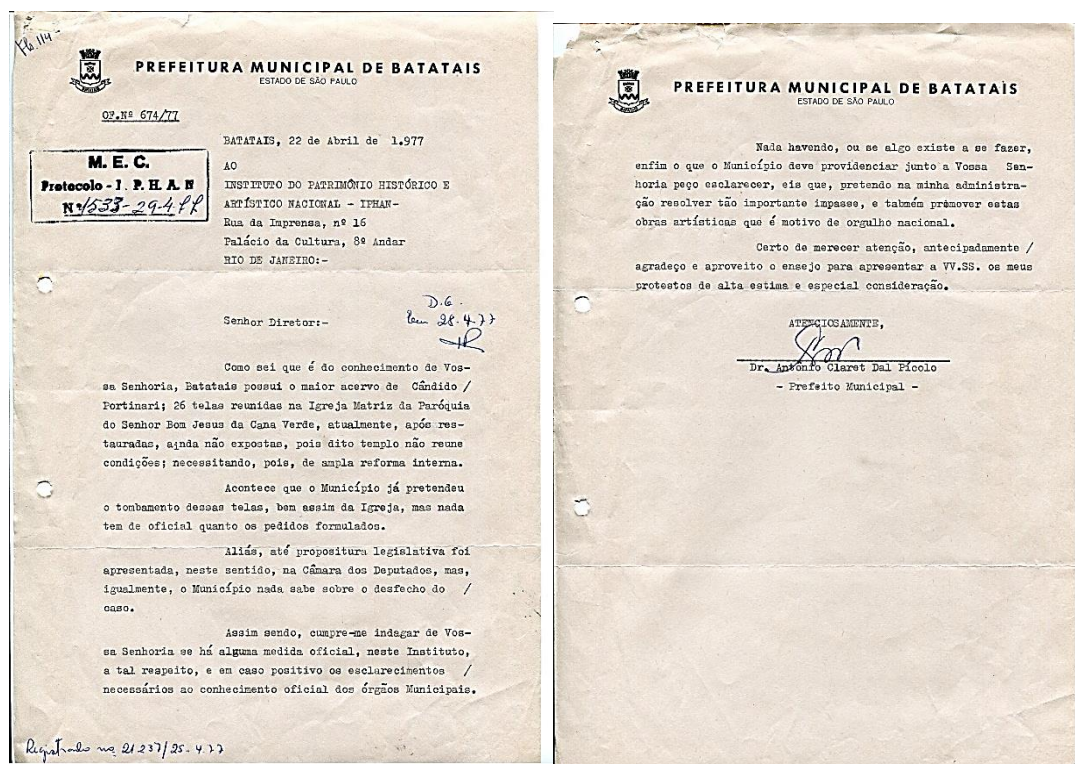


Figura 13: Ofício solicitando informações sobre o tombamento das telas de Portinari. Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, Processo nº 903-T-74, disponível em <http://acervodigital.iphan.gov.br/> acesso em outubro de 2018

Entre os anos de 1979 e 1980, o CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico³ escalou o conselheiro e arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, para elaborar um inventário preliminar de bens arquitetônicos com interesse pela preservação e que resultou na publicação do “Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo” pelo CONDEPHAAT em 1982.

Do levantamento realizado pelo CONDEPHAAT, os bens da cidade de Batatais preenchem dezenove páginas⁴, mas apenas as 14 telas da Via Sacra do pintor Cândido Portinari, executadas em 1954 para a Igreja Matriz Senhor Bom Jesus da Cana Verde foram tombadas pelo Processo nº 22056/82, de acordo com a Resolução “Ex-Officio” em 12 de maio de 1982 e registrada no Livro do Tombo das Artes, sob inscrição nº 132, na página 13, datada de 27 de março de 1982.

³ Órgão criado pela Lei nº 10.247 de 22 de outubro de 1968, com finalidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo

⁴ <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5279?discover?rpp=10&etal=0&query=Batatais>

Desta forma, no início da década de 80, todo acervo de obras sacras do pintor Cândido Portinari estavam tombados, sendo o conjunto de sete obras (14 quadros) tombados pelo IPHAN e o conjunto da Via Sacra (14 quadros) tombados pelo CONDEPHAAT.

Ainda na escala estadual, em 2002, um novo processo foi aberto no CONDEPHAAT (Processo 42.682/2002), que após onze anos foi anexado ao Processo 69.966/2013, referente ao estudo de tombamento da Igreja Matriz de Batatais (Paróquia do Senhor do Bom Jesus da Cana Verde), juntamente com as demais pinturas de Cândido Portinari na igreja que não estavam tombadas pelo Estado de São Paulo e a antiga residência do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, denominada no processo de Casa Paroquial⁵.

De acordo com os dados do processo, com parecer favorável do conselheiro Percival Tirapeli, e indicação do conselheiro Roberto Pitaguari Germanos para a possibilidade de proteção da praça defronte à igreja, o CONDEPHAAT foi

favorável ao tombamento da Igreja Matriz de Batatais (Paróquia do Senhor do Bom Jesus da Cana Verde), localizada à Praça Cônego Joaquim Alves, 42, incluindo o acervo (06) de pinturas de Cândido Portinari, a saber: A fuga para o Egito; A transfiguração; O batismo de Jesus; São Sebastião; Nossa Senhora da Conceição Aparecida, A sagrada família; e o painel do altar mor: Cristo entre os Apóstolos e; Palacete Monsenhor Joaquim Alves Ferreira (antiga Casa Paroquial) localizado à Praça Cônego Joaquim Alves, 202, município de Batatais. Deliberou ainda, aprovar a respectiva minuta de resolução, com as seguintes adequações: i) inclusão da Praça Cônego Joaquim Alves e telas ao Artigo 1º; ii) destaque às indicação de cada tela no Artigo 2º. (CONDEPHAAT, 2017, s.p.)

No âmbito municipal, a cidade só criou o seu Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (COMPHAC) em 06 de setembro de 1990, pela Lei nº1816, iniciando um levantamento de mais de 30 imóveis de valor histórico e arquitetônico que não chegaram a ser encaminhados para o tombamento.

O COMPHAC de Batatais foi composto por representantes de grande influência cultural e política na cidade e teve como presidente a pesquisadora paulistana Maria Stella Teixeira Fernandes Dutra, que em 1993 defendeu sua dissertação de mestrado em história sobre a “Arquitetura de Batatais: 1880 a 1930”, pela Universidade Estadual de Campinas e orientação do professor doutor Jorge Coli.

⁵ Esta edificação não é considerada uma casa paroquial oficial, pois não foi uma residência mantida pela igreja e sim a casa particular do pároco Joaquim Alves Ferreira e seus pais, no município de Batatais.

De acordo com dados disponibilizados na “Plataforma Verri”, Maria Stella chegou a morar por um tempo em Batatais para realizar sua pesquisa e foi uma das fundadoras do COMPHAC, causando grande agitação na cidade.

Um fato digno de nota. Na noite em que a diretoria desse órgão tomava posse – dia 13 de março de 1991, iniciaram a demolição do histórico “Palacete do Cel. Martinho Ferreira Rosa”, que fora desapropriado por Washington Luís para ser o Paço Municipal. E, mais, algumas famílias tradicionais chegaram a proibir que a autora adentrasse suas residências, com receio de que fossem tombadas. De qualquer forma, com muito esforço e competência, foi feito um esplêndido levantamento técnico-arquitetônico de prédios públicos, particulares e religiosos, edificados nos períodos áureos de 1880 a 1900 e, depois, de 1911 a 1930. (VERRI FILHO, s.d., s.p.)

Em 16 de dezembro de 2004, a Lei Complementar n.º 11/2004 institui o Plano Diretor do Município de Batatais, delimitando a Macrozona de Interesse Especial (MZ4)

com o gabarito de altura das edificações controlado em função da preservação do patrimônio histórico, paisagístico, artístico, arquitetônico e cultural e cujas áreas poderão ser aplicados os mecanismos da operação urbana conforme determina a Lei Federal N° 10.257/01. (BATATAIS, 2004, s.p.)

Além da responsabilidade sobre a preservação de seu patrimônio cultural, o Plano Diretor de Batatais definiu que tal ação deveria vir acompanhada do desenvolvimento socioeconômico da cidade, sendo objetivo da Macrozona⁶ MZ4⁷:

- I- proteger as propriedades de interesse ao patrimônio, histórico, paisagístico, artístico, arquitetônico, cultural e turístico;
- II- valorizar a atividade turística da cidade enquanto elemento essencial para o desenvolvimento socioeconômico;
- III- promover ações que possam valorizar essas áreas à cidade com usos compatíveis com o bem-estar e qualidade de vida da população. (BATATAIS, 2004, s.p.)

Após a criação do COMPHAC e desenvolvimento das primeiras pesquisas e levantamentos até princípios de 1993, o Conselho ficou sem representantes por mais de 15 anos,

⁶ A Macrozona corresponde a um referencial espacial para uso e ocupação do solo estabelecido no Plano Diretor de uma cidade, de acordo com as diretrizes da política urbana, saindo do zoneamento tradicional e estabelecendo uma lógica de desenvolvimento para cada macrozona identificada no planejamento da cidade

⁷ Macrozona de Destinação Especial corresponde às porções urbanas do território urbano de Batatais de uso diversificado, com adensamento básico de 350 habitantes por hectare, com o gabarito de altura das edificações controlado em função da preservação do patrimônio histórico, paisagístico, artístico, arquitetônico e cultural e cujas áreas poderão ser aplicados os mecanismos da operação urbana, conforme determina a Lei Federal nº 10.257/01.

sendo novamente empossados conselheiros em 2009, mediante obrigatoriedade de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Prefeitura e a Promotoria do Ministério Público.

Todavia, a participação da população na gestão de seu patrimônio cultural não estava definida na lei municipal, sendo previsto apenas a responsabilidade do Conselho em conscientizar a população sobre a importância da preservação e mantê-la informada sobre os bens materiais e imateriais do município.

Elevada à categoria de Estância Turística do estado de São Paulo por seus atrativos naturais e artísticos, o município deixa de se apropriar de tal título para exaltar suas qualidades arquitetônicas e seus patrimônios culturais, focando a divulgação da cidade apenas vinculada a eventos e às telas de Portinari.

O que em princípio pode ser uma crítica, não deve ser entendida como de toda negativa se levarmos em consideração as descaracterizações pelas quais o patrimônio pode passar ao ser inserido no mercado do turismo.

Em 2010, após uma polêmica ocorrida na cidade com a demolição de uma edificação considerada histórica e denúncia anônima ao Ministério Público pela preservação desta edificação localizada no centro de Batatais, foram realizadas audiências públicas na Câmara Municipal. Como resposta a esta ação popular, o poder público executivo financiou a elaboração de um Inventário do Patrimônio Cultural da Estância Turística de Batatais pela empresa Creator, de Marcelo Pini Prestes, o qual propunha um plano de manejo sustentável de proteção e socialização do patrimônio cultural para os próximos 10 anos, com abertura para inserção de novos bens à lista após os bens inventariados serem objetos de acautelamento e gestão.

O plano de manejo do Patrimônio Cultural do Município de Batatais enquanto instrumento de pesquisa na área de Gestão Sustentável servirá de subsídio e logística de trabalho às ações e manejos de Preservação do Patrimônio Cultural no horizonte dos próximos 10 anos. Tendo, porém a flexibilidade de ser adaptado de acordo com protocolos inseridos no próprio inventário. Além deste recurso tem fôlego para elaboração de material paradidático em vista de efetivação de programas de Educação Patrimonial. O Inventário poderá ser utilizado para elaboração de um “perfil cultural” do Patrimônio de Batatais dentro do contexto de “Estância Turística” contribuindo para os projetos de turismo da região. E também contribuir para projetos de qualificação socioambiental. (PRESTES, 2010, p.08)

Passados mais de 25 anos da criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural de Batatais, os únicos bens tombados pelo município até o ano de 2014 foram as telas de Cândido Portinari, que constituem um acervo de 21 obras, tombadas pelo município para receber recursos públicos da Secretaria de Estado da Cultura na sua restauração. Posteriormente, em 2017, outros bens passaram a compor o conjunto do patrimônio tombado em Batatais, sendo resultado da aplicação do Plano de Gestão do Patrimônio elaborado em 2010.

O primeiro bem a ser tombado a partir do Plano de Gestão (PRESTES, 2010) foi o popularmente denominado de Horto Florestal. Tal tombamento pelo Decreto nº3464 de 22 de março de 2017, foi uma medida tomada em resposta ao grande envolvimento da população local pela manutenção do Horto e visou proteger da privatização pelo governo do estado de São Paulo do Complexo da Floresta Estadual de Batatais, Mata Atlântica – Floresta Estacional Semidecidual, cerrado, animais silvestres e vegetação com fragmentos de floresta estacional semidecidual, onde se encontram espécies como óleo-de-copaíba, a canela, o jequitibá e o cedro, além de extensas áreas plantadas com pinus e eucalipto (BATATAIS, 2017).



Figura 14: Ação popular contra a privatização do Horto em 2017

Fonte: <http://www.desentupidorasaopaulo.com/decisao-do-estado-de-privatizar-horto-florestal-gera-protesto-em-batatais-sp/>. Acesso em novembro de 2018.

No mesmo ano ocorreu o tombamento do Santuário “Bom Jesus da Cana Verde” e da Praça “Cônego Joaquim Alves” pelo Decreto nº 3478 de 19 de maio de 2017, em atendimento ao parecer técnico do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura de Batatais, que destaca o Santuário Bom Jesus da Cana Verde como marco inicial da formação urbana da cidade, sendo que as primeiras edificações residenciais foram erguidas no seu entorno.

Construída a partir de 1893, a igreja passou por três importantes reformas até o ano de 1954, indo do estilo colonial para o neogótico e atualmente em estilo neoclássico. Soma-se ao valor histórico o fato do Santuário abrigar o maior acervo sacro de telas de Cândido Portinari, um belo conjunto de vitrais da firma de Conrado Soergenicht⁸ e uma arquitetura diferenciada destacada na paisagem da cidade.

No caso da Praça Cônego Joaquim Alves, ressalta-se que os canteiros centrais são formados por jardins trabalhados em topiaria, esculturas em plantas que foram iniciadas por Jorge Sandrin, descendente de imigrantes italianos, que nasceu em Campinas (04/09/1892) e faleceu em Batatais (29/08/1963), sendo o jardineiro responsável pela remodelação das praças da cidade na década de 1920.

Outros bem públicos seguiram a lista de tombamentos sendo o tombamento do Estádio de Futebol “Dr. Oswaldo Scatena” pelo Decreto nº 3494 de 07 de julho de 2017 e o tombamento do salão circular “Associação Beneficente Recreativa Operária” com o Decreto nº 3495 de 07 de julho do mesmo ano.

Neste ano de 2018, os bens tombados pelo Decreto nº 3591 de 30 de abril de 2018 são a “Estação Cultura Editor José Olympio” e demais imóveis pertencentes à massa falida da antiga FEPASA, sendo:

- I – prédio da Estação Mogiana, atual Estação Cultura “Editor José Olympio”;
- II – casa do chefe da Estação;
- III – casa do fiscal de linha, n.º 50;
- IV – casas geminadas dos telegrafistas, n.º 70 e 80;
- V – casa dos ferroviários (acesso pela Rua Capitão Firmino);
- VI – Praça Doutor Antônio Teodoro de Lima;
- VII – caixa d’água;
- VIII – paisagem ao fundo com duas mangueiras;
- IX – antiga ponte sobre o Rio Sapucaí e traçado da linha até o local; e
- X – Estação Macaúbas.

Ainda estão previstos para o ano de 2018 o tombamento do antigo Fórum e Cadeia datado de 1917, onde atualmente funciona o espaço público Centro Cultural Professor Sergio

⁸ Natural da Alemanha, chegou em São Paulo em 1874 e fundou a Casa Conrado em 1889, criando mais de 600 obras de vitrais espalhadas por todo Brasil.

Lauratto, e o conjunto do acervo de móveis, objetos, condecorações e todos os livros publicados pela Editora José Olympio, doadas ao município em final da década de 1980.

| ANO | AÇÃO DESENVOLVIDA |
|------|---|
| 1973 | Projeto de Lei nº 1345/73 de autoria do deputado federal Adhemar de Barros Filho, propondo uma lei de proteção ao acervo de Cândido Portinari. |
| 1974 | Tombamento de 14 quadros de Portinari pelo IPHAN, inscritos em 24 de setembro de 1974 no Livro das Belas Artes do IPHAN, folha 95, sob o número 519. |
| 1982 | Os bens materiais de Batatais estão relatados em 19 páginas do Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo realizado pelo CONDEPHAAT/SP. |
| 1982 | Tombamento das 14 telas da Via Sacra de Cândido Portinari e registro no Livro do Tombo das Artes do CONDEPHAAT/SP, sob inscrição nº 132, na página 13, datada de 27 de março de 1982. |
| 1990 | Criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (COMPHAC) em 06 de setembro de 1990, pela Lei nº 1816. |
| 1992 | Encaminhamento do COMPHAC de uma listagem com 8 edificações para serem tombadas pelo CONDEPHAAT: Antigo Fórum e Cadeia, Antiga Estação Mogiana, Antigo Grupo Escolar Dr. Washington Luís, prédio da Câmara Municipal, Igreja Matriz Senhor Bom Jesus da Cana Verde, antiga residência do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, Colégio São José e antigo Asilo. |
| 1994 | Batatais é elevada à categoria de Estância Turística do Estado de São Paulo. |
| 2002 | Abertura do Processo 42.682/2002 pelo CONDEPHAAT, referente ao estudo de tombamento da Igreja Matriz de Batatais juntamente com as demais pinturas de Cândido Portinari na igreja que não estavam tombadas pelo Estado de São Paulo. |
| 2004 | Promulgação da Lei Complementar n.º 11/2004 que institui o Plano Diretor do Município de Batatais, delimitando a Macrozona de Interesse Especial MZ4. |
| 2010 | Audiência Pública sobre a Preservação do Patrimônio em Batatais, realizada pela Câmara Municipal, resultando na elaboração do Plano de Gestão do Patrimônio Cultural de Batatais pela empresa CREATOR. |
| 2013 | Abertura do Processo 69.966/2013 pelo CONDEPHAAT, anexando o Processo 42.682/2002, incluindo a antiga residência do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira no processo de tombamento. |
| 2014 | Tombamento do conjunto de 21 obras de Cândido Portinari na Igreja Senhor Bom Jesus da Cana Verde, pelo município de Batatais. |
| 2017 | Tombamento do conjunto formado pelo Santuário Bom Jesus da Cana Verde e o acervo das telas sacras de Cândido Portinari na igreja, palacete do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira e Praça Cônego Joaquim Alves pelo CONDEPHAAT/SP em 05 de julho de 2017. |
| 2017 | Tombamento municipal do Horto Florestal pelo Decreto nº 3464, de 22 de março de 2017. |
| 2017 | Tombamento municipal do Santuário Bom Jesus da Cana Verde e da Praça Cônego Joaquim Alves pelo Decreto nº 3478, de 19 de maio de 2017. |
| 2017 | Tombamento municipal do Estádio de Futebol Dr. Oswaldo Scatena pelo Decreto nº 3494, de 07 de julho de 2017. |
| 2017 | Tombamento municipal do salão circular Associação Beneficente Recreativa Operária pelo decreto nº 3495, de 07 de julho de 2017. |
| 2018 | Tombamento da Estação Cultura Editor José Olympio e demais imóveis pertencentes à massa falida da antiga FEPASA, pelo Decreto nº 3591, de 30 de abril de 2018. |

Tabela 01: Cronologia das ações de preservação do patrimônio de Batatais desenvolvidas nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Fonte: Autora, 2018

Levando em consideração que o princípio da gestão pública do patrimônio cultural está na sociabilidade entre a preservação do passado e a possibilidade de futuro, tal expectativa pode ser observada em relação ao tombamento da Praça Cônego Joaquim Alves, do Santuário Bom Jesus da Cana Verde e da Estação Cultura Editor José Olympio, com a vinculação dos mesmos ao desenvolvimento do turismo.

Já o tombamento do Horto Florestal, Estádio de Futebol e do salão circular da ABR. Operária, nitidamente se tratam de medidas paliativas visando inibir a demolição ou venda desses bens mediante as ameaças da especulação imobiliária ou privatizações.



Figura 15: Relação entre a área urbana e o cinturão verde do Horto Florestal
Fonte: (PAIVA, 2013)

Outro fator a ser destacado é que tais medidas de preservação não envolvem a participação direta da população e nem mesmo a sua informação pela imprensa, excetuando apenas o caso do tombamento do Horto Florestal, em que a população se organizou e realizou manifestações e abaixo-assinados solicitando a não privatização de tal área.

Neste sentido, podemos afirmar que, apesar de existir uma política voltada para a identificação e tombamento de alguns bens materiais em Batatais, levadas a cabo principalmente pela atuação do diretor municipal de Cultura e presidente do COMPHAC, Luciano José Dami de Oliveira, tais ações estão restritas aos trabalhos do Conselho do Patrimônio em parceria com a equipe de pesquisadores do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, que desenvolve o levantamento histórico para a elaboração da justificativa de tombamento.

Nota-se também que nenhum bem imaterial foi registrado como patrimônio cultural em uma cidade que é considerada Estância Turística em grande parte por seus eventos culturais como Desfile de Carnaval, Festa do Leite, Festival Gastronômico de San Gennaro, Festival do Folclore, etc.; estando estes bens mais vinculados ao turismo do que à cultura até mesmo na definição das pastas da administração municipal.

Vale destacar que recentemente, em 05 de novembro de 2018, a Câmara Municipal de Batatais aprovou uma nova Reforma Administrativa da Prefeitura em que a Cultura sai da pasta da Educação e passa a ser gerida pela recém criada Secretaria de Cultura e Turismo, dando a entender uma nova forma de articulação entre os setores, principalmente no que diz respeito aos eventos culturais e turísticos.

No mais, ainda faltam ações que realmente aproximem a população de seus bens culturais e uma maior efetivação das políticas de patrimônio no cotidiano da cidade, o que pode ser alcançado através de ações permanentes de educação patrimonial.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1 Conceitos e reflexões sobre Educação Patrimonial

Nossa cultura vem sendo transmitida através de sucessivas gerações, sempre renovando e se recriando num processo vivo e dinâmico, propiciando à nação a possibilidade de construir sua própria identidade.

A manifestação dessa identidade se revela através do nosso Patrimônio Cultural que não se restringe somente aos bens culturais móveis e imóveis, como também aos bens imateriais ou intangíveis.

Quanto mais se estuda a especificidade de cada referência cultural, mais se constata o quanto o patrimônio imaterial está intrinsicamente relacionado ao meio e à comunidade que o pratica, como por exemplo os saberes dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, denominados por Santilli, como os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Segundo Santilli, os conhecimentos tradicionais

vão desde técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais. (SANTILLI, s/d)

No entanto, qual o valor dessa nossa riquíssima diversidade cultural, se não a reconhecemos e/ou não aprendemos a respeitá-la? Uma sociedade que não se reconhece está fadada à perda de sua identidade e ao enfraquecimento de seus valores mais intrínsecos.

Uma forma eficaz de aproximar a sociedade de seu patrimônio é através da realização de atividades voltadas para a Educação Patrimonial. De acordo com Sônia Florêncio, a Educação Patrimonial deve associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana como criação de símbolos e circulação de significados. (FLORÊNCIO, 2012, p. 23)

É certo que a cultura é viva e mutante, e nem tudo deve ser preservado. O problema é que em muitos casos, o que ocorre é a não participação das pessoas na definição de seus bens mais valiosos.

Desta forma, a Educação Patrimonial tem como meta despertar nas pessoas a “curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo.” (LONDRES, 2012, p. 16).

Segundo o Claudiana Y Castro, são objetivos da Educação Patrimonial:

- 1- Tornar acessível, aos indivíduos e aos diferentes grupos sociais, os instrumentos e a leitura crítica dos bens culturais em suas múltiplas manifestações, sentidos e significados.
- 2- Propiciar o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando o sentimento de auto-estima, considerando a cultura brasileira como múltipla e plural.
- 3- Estimular a apropriação e o uso, pela comunidade, do Patrimônio Cultural que ela detém e pelo geral é também responsável.
- 4- Estimular o diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural, propiciando a troca de conhecimento acumulados sobre estes bens.
- 5- Experimentar e desenvolver metodologias de Educação Patrimonial, que permitam um processo contínuo de conhecimento e compreensão e avaliação dessas ações.
- 6- Promover a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural e seus resultados, incorporando-os às ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio Cultural no nível das comunidades locais e das instituições envolvidas. (CASTRO, 2006, s.p.)

A importância das atividades relacionadas à Educação Patrimonial há muito são levantadas e discutidas nos congressos e conferências internacionais dos órgãos de preservação, tais como a Carta de Atenas de 1931:

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vêm do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização. (IPHAN, 2004, p. 17)

Outra Carta Patrimonial que entende o processo de aproximação da sociedade ao seu patrimônio como um trabalho vinculado à pesquisa, educação e também à imprensa, é a Carta de Nova Délhi, de 1956.

A autoridade competente deveria empreender uma ação educativa para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado, especialmente através do ensino de história, da participação de estudantes em determinadas pesquisas, da difusão pela imprensa de informações arqueológicas que provenham de especialistas reconhecidos, da organização de circuitos turísticos, exposições e conferências que tenham por objeto os métodos aplicáveis em matéria de pesquisas arqueológicas assim como os resultados obtidos – da apresentação clara dos sítios arqueológicos explorados e dos

monumentos descobertos, da edição, a preços módicos, de monografias e guias de fácil leitura. (UNESCO, 1956, p. 05)

A compreensão de que o processo de aprendizagem pode ser tanto formal (dentro da escola), quanto informal, foi defendido pela Carta de Paris de 1962, na recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios.

Uma ação educativa deveria ser empreendida, dentro e fora das escolas, para despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda. Os professores encarregados dessa tarefa educativa na escola deveriam receber uma preparação especial, na forma de estágios especializados de estudos em estabelecimentos de ensino médio e superior. A educação do público fora da escola deveria ser tarefa da imprensa, das associações privadas de proteção das paisagens e dos sítios ou de proteção da natureza, dos órgãos encarregados do turismo e das organizações de juventude e de educação popular. (UNESCO, 1962, s.p.)

De forma geral, todos documentos que tratam de preservação e promoção do patrimônio cultural, consideram a Educação Patrimonial como uma das ferramentas mais apropriadas, entendendo a mesma como um conjunto de ações educativas, formais e não formais, que atuam sobre o objeto patrimônio cultural, visando aproximar a sociedade de seu reconhecimento enquanto fruto de um processo social, histórico e cultural. Tais ações devem ser desenvolvidas através de uma construção “coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural”. (IPHAN, 2014, s.p.)

2.2 Ações educativas sobre a temática do patrimônio em Batatais

Dentro da Educação Patrimonial não formal em Batatais, o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, há mais de 10 anos, vem assumindo um papel de principal articulador de um processo contínuo e permanente de aproximação da sociedade com o seu patrimônio, realizando muitas ações educativas voltadas para o reconhecimento dos bens culturais de Batatais.

O principal objetivo do projeto de Educação Patrimonial é o de propor uma nova relação da população com seu patrimônio cultural e o Museu, instituição pública sem fins lucrativos, possibilita esta interação.

Ao mesmo tempo, considera-se a Educação Patrimonial como um instrumento de desenvolvimento individual e coletivo e de diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural. Desta forma propicia a troca dos conhecimentos acumulados sobre estes bens pela comunidade e pelos órgãos e instituições.

Isso significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Através de ações voltadas à preservação e compreensão do Patrimônio Cultural, este projeto torna-se um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, objetivando que os mesmos (re) conheçam, (re) valorizem e se (re) apropriem de toda uma herança cultural que a eles pertence, proporcionando aos mesmos uma postura mais crítica e atuante na (re) construção de sua identidade e cidadania.

Valorizar o patrimônio cultural significa interagir com o meio em que se vive, dando significado à nossa própria existência. Refletindo sobre isto é que o Museu pensa e realiza suas ações educativas, como as que veremos a seguir.

2.2.1 Oficinas de Carnaval

Uma das primeiras ações contínuas realizadas pelo Museu foram as oficinas de carnaval, desenvolvidas durante 5 anos consecutivos no período do carnaval, diretamente com as crianças das escolas de samba da Estância Turística de Batatais.

Em todas as ações educativas, o principal objetivo do Museu era o de realizar um trabalho artístico na temática do carnaval, utilizando do material descartado nos barracões das escolas de samba, envolvendo as crianças de cada comunidade do samba em todo o processo de confecção e criação.

A primeira oficina ocorreu em 2008, com o tema "O que é que a baiana tem". Nesta oficina o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís levou a foto de uma baiana no desfile da década de 80 em Batatais, reproduzida em um painel de 2.00 x 1.50 m, para ser pintada e incrementada com os enfeites disponibilizados em cada escola de samba, para posteriormente realizar uma exposição coletiva na Estação Cultura, sede do Museu. (BALTAZAR, 2011)



Figura 16: Fotografia de baiana tradicional da escola de Samba Riachuelo, utilizada na realização da Oficina de Carnaval.

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís.

Em 2009, foi realizada a oficina de pintura de uma tela em cada escola de samba, com ampliações de fotografias de carnaval, também da década de 1980, disponibilizadas pelo Museu.

O objetivo desta oficina, além do reaproveitamento de material que seria descartado, era aproximar a história e tradição do carnaval de Batatais do público frequentador dos barracões das escolas de samba, gerando um produto artístico que se tornaria um novo elemento de difusão desta história.



Figura 17: Oficina de Carnaval nos barracões das escolas de samba, Acadêmicos e Império.

Fonte: Acervo pessoal, 2009

Durante o processo de pintura e ornamentação das telas, o público ia tomando conhecimento da história do carnaval em Batatais e refletindo sobre os costumes do mesmo na década de 1980; identificando as mudanças pelas quais o desfile de carnaval passou e pontuando as características novas que este patrimônio imaterial adquiriu.



Figura 18: Oficina de Carnaval nos barracões das escolas de samba, Riachuelo e Unidos do Morro.
Fonte: Acervo pessoal, 2009.

A segunda etapa desta oficina foi a realização da exposição das telas realizadas pelas seis escolas de samba na Estação Cultura, sendo realizado um evento de abertura com entrega de certificado e apresentações dos sambas das agremiações carnavalescas da cidade.



Figura 19: Telas do Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba e Escola de Samba Castelo.
Fonte: Acervo pessoal, 2009, disponível em <http://educacaopatrimonial.blogspot.com/2011/02/>, acesso em novembro de 2018.

A exposição permaneceu aberta durante todo o período dos festejos do carnaval, sendo encerrada após o aniversário da cidade, em 14 de março, o que possibilitou a realização de vistas monitoradas sobre a história do carnaval de Batatais com o público escolar e turistas.

A oficina de carnaval realizada pelo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís se tornou uma tradição, assim como o próprio desfile e em 2010 as escolas de samba já haviam adquirido o costume de separar sobras e retalhos de fantasias para serem reaproveitados durante a oficina.

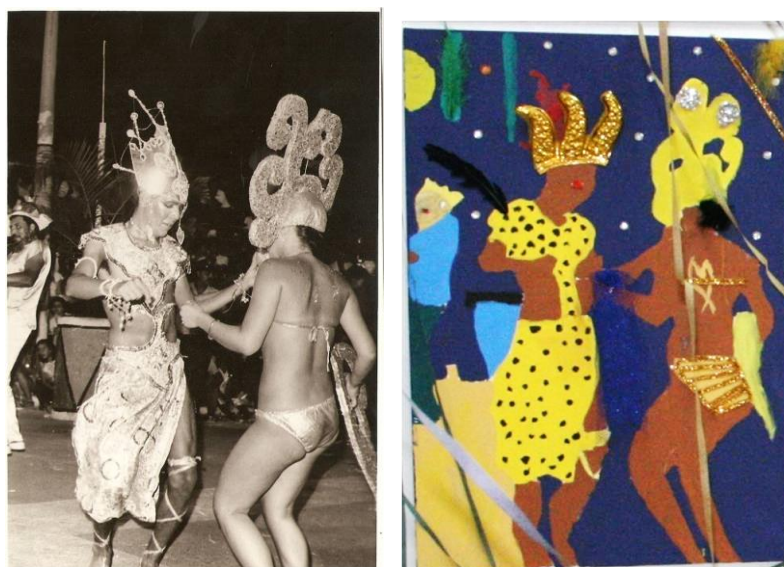


Figura 20: Foto original do carnaval de Batatais nos anos 80 e tela com releitura realizada pela escola Unidos do Morro.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís e Autora, 2009.

Em 2010 a proposta do Museu foi a criação de uma grande maquete representativa do desfile de carnaval e cada escola de samba participou de uma etapa da confecção dividida em: comissão de frente e carro abre alas, ala das baianas e carro alegórico, bateria e carro de som com cantores, ala e casal de mestre sala e porta bandeira, ala da velha guarda e carro alegórico, ala das passistas e tripé.

Durante o desenvolvimento das oficinas o público ia tomando o conhecimento e conversando sobre o significado de cada ala, alegoria e componente das escolas de samba.



Figura 21: Confeção da ala das passistas pela Escola de Samba Riachuelo.
Fonte: Acervo pessoal, 2010

Assim como nas oficinas anteriores, houve grande envolvimento do público frequentador dos barracões das escolas e transmissão de conhecimentos entre as gerações, sendo propiciado principalmente às crianças a possibilidade de criar um enredo, definir o desenho de uma fantasia e vivenciar a experiência da produção em série de um mesmo figurino para as alas.



Figura 22: Alegoria e ala dos ritmistas realizado pelo Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba
Fonte: Acervo pessoal, 2010

As oficinas de carnaval realizadas pelo Museu, em grande parte foram realizadas durante o período das férias escolares e sempre contavam com uma grande adesão das crianças e adolescentes que ficavam passando o tempo pelos barracões das agremiações carnavalescas.

Todo encerramento de oficina era marcado com a abertura de uma exposição coletiva, sendo a oportunidade de encontro das escolas de samba e sociedade em geral.



Figura 23: Oficina na Escola de Samba Castelo e maquete finalizada exposta na Estação Cultura.
Fonte: Acervo pessoal, 2010.

Em 2011, a estrutura da oficina de carnaval teve que ser ampliada devido à grande procura do público infantil em férias escolares e também de algumas instituições assistenciais que solicitavam a participação de seu grupo nas atividades.

Desta forma, a opção do Museu foi de realizar um trabalho mais prático com a utilização de moldes de máscaras de carnaval que pudessem ser ornamentadas e decoradas de acordo com a criatividade de cada um.



Figura 24: A autora (Alessandra) realizando a oficina de máscaras de carnaval na quadra do Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba.

Fonte: <http://educacaopatrimonial.blogspot.com/2011/03/acao-educativa-do-patrimonio-imaterial.html>, acesso em novembro de 2018.

Na oficina de máscaras, a equipe do Museu realizava uma explicação sobre a origem das máscaras na história da humanidade, comentando sobre as máscaras dos povos indígenas e africanos usadas para obter poder ou representar uma entidade, as máscaras gregas usadas em peças teatrais para representar personagens ou emoções, as máscaras mortuárias dos egípcios

para garantir a eternidade, as máscaras de Veneza e as proibições no século XVIII, para finalmente chegar nas máscaras de Carnaval dos dias atuais.

Mantendo a característica de usar a criatividade e o reaproveitamento dos materiais, as máscaras foram confeccionadas na técnica de papel marchê, usando jornal recortado e cola de farinha. Os moldes das máscara foram feitos em embalagem longa vida. As máscaras eram feitas no primeiro dia e deixadas para serem decoradas no segundo dia, quando estivessem bem secas, utilizando o material que era descartado pelas escolas de samba.

Pela primeira vez, a produção realizada durante a oficina de carnaval pode ficar com o próprio participante desejoso de usar a máscara durante os festejos do carnaval.



Figura 25: Máscaras confeccionadas durante a oficina.
Fonte: Acervo pessoal, 2011.

Mesmo sem a exposição das máscaras realizadas durante as oficinas, o Museu Histórico e Pedagógico dr. Washington Luís realizou uma exposição sobre a história das máscaras e continuou realizando a oficina para o público visitante na Estação Cultura.



Figura 26: Oficina de máscaras com os alunos da escola de ensino fundamental durante a visita à exposição.
Fonte: Acervo pessoal, 2011.

No ano de 2012, a equipe do Museu decidiu encerrar a realização das oficinas de carnaval nas escolas de samba, devido à dificuldade em criar uma oficina que atendesse a um número cada vez maior de participantes, sem atrapalhar o funcionamento das agremiações em trabalho contínuo para o desfile de carnaval.

Desta forma, o Museu propôs uma outra forma de parceria com as escolas de samba que se responsabilizaram pela separação do material descartado na confecção das fantasias, mas que poderia ser reaproveitado na oficina de carnaval denominada “Alegoria do Lixo”, representando um momento significativo de trocas e descobertas sobre a quantidade de material reciclável que eram descartados pelas agremiações carnavalescas e outros materiais também possíveis de serem reaproveitados, mas que eram despejados no aterro sanitário de Batatais.

Após a separação do material reciclado, com a autorização da Secretaria do Meio Ambiente do município, foi realizada a limpeza e separação dos objetos de acordo com a cor, formando um acervo de formas e cores que foram utilizados para criar bonecos gigantes em homenagem às escolas de samba de Batatais.



Figura 27: Equipe do Museu juntamente com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Batatais no aterro sanitário.

Fonte: Leandro Henrique Siena, 2012. Disponível em <http://mhpwashingtonluis.blogspot.com/2012/02/>, acesso em novembro de 2018.

A proposta do Museu era gerar uma reflexão sobre a infinidade de embalagens: caixas, garrafas, papel, sacos plásticos, latinhas e até mesmo eletrônicos que podiam ser reutilizados e transformados em novos produtos, mas que foram descartados no meio ambiente.

Com o objetivo de sensibilizar a comunidade em relação aos problemas dos resíduos e incentivar a preservação dos recursos naturais, mostrando ao mesmo tempo, o poder de transformação da arte, o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís realizou a última ação educativa voltada para a valorização e reconhecimento da arte do carnaval como um patrimônio imaterial de Batatais, rico em sua diversidade e história de cada agremiação carnavalesca.



Figura 28: Higienização do material e oficina de montagem dos bonecos de carnaval.

Fonte: Eveline Bergamini, 2012. Disponível em <http://mhpwashingtonluis.blogspot.com/2012/03/oficina-de-carnaval.html>, acesso em novembro de 2018.

A oficina Alegoria do Lixo foi um trabalho coletivo que envolveu escolas de samba, associações culturais, projetos sociais, catadores de material reciclado e pessoas engajadas com a proteção do meio ambiente, confeccionando seis esculturas de 3 metros de altura, sendo uma para cada escola de samba, trazendo a história e tradição de cada agremiação na concepção e exposição final do trabalho de arte na fachada da Estação Cultura.



Figura 29: Bonecões em homenagem às escolas de samba: Unidos da Fiel, Castelo, Acadêmicos do Samba, Unidos da Liberdade, Unidos do Morro e Riachuelo, expostos na fachada da Estação Cultura.

Fonte: Acervo pessoal, 2012. Disponível em <http://mhpwashingtonluis.blogspot.com/2012/02/>, acesso em novembro de 2018.

2.2.3. Passeio Monitorado pelo Centro Histórico de Batatais

Sobre o patrimônio material de Batatais, uma ação educativa que também vem sendo realizada de forma permanente pelo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, corresponde ao projeto do Passeio Monitorado pelo centro histórico da cidade, que começou a ser desenvolvido pelo Museu em parceria com a instituição social Fundação José Lazzarini, em abril de 2009.

A ideia inicial do projeto foi sugerida pelo Museu por ocasião da 7ª Semana Nacional de Museus promovida pelo Ministério da Cultura, que teve como tema para o ano a discussão do conceito de “Museus e Turismo”.

Como a cidade de Batatais possui um patrimônio histórico edificado significativo e preservado no centro da cidade, a proposta inicial do Museu foi a de promover um passeio monitorado pelo centro histórico fornecendo informações sobre a configuração urbana da cidade, além de detalhes sobre os estilos arquitetônicos e a história de alguns personagens importantes.



Figura 30: Casa onde residiu o então prefeito Washington Luís e residência da família do editor José Olympio, ocupadas pela Fundação José Lazzarini e pintadas com as cores de identificação da instituição.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=922412227771579&set=pcb.373325452850899&type=3&theater&ifg=1=718420128170791&set=gm.220201581496621&type=3&theater&ifg=1>

Em 2009, a Fundação José Lazzarini, uma organização não governamental que trabalha com crianças e adolescentes em situação de risco, ocupava seis edificações para o desenvolvimento de todas as suas atividades, sendo que duas destas edificações eram referências de personagens históricos: a casa em que residiu o presidente Washington Luís quando prefeito em Batatais e a casa que pertenceu à família do editor batataense José Olympio.

Desta forma, o Museu contatou a direção da Fundação José Lazzarini para propor uma parceria com o intuito de divulgar mais estes patrimônios ocupados pela instituição.

A Fundação José Lazzarini cedeu ao museu uma sala em cada edificação, para que parte do acervo do Museu sobre cada personagem pudesse ficar exposta à visitação pública. Em troca, o Museu ofereceu aos 80 adolescentes atendidos pelos projetos da Fundação um minicurso de capacitação sobre os temas: história de Batatais, patrimônio cultural, Washington Luís e José Olympio.

O minicurso aos adolescentes visava contextualizá-los sobre o acervo que estava sendo exposto nas casas e também selecionar ao final do curso, quatro adolescentes que ajudariam a monitorar o passeio para turmas de alunos da rede escolar, durante o mês de maio, considerado o mês dos museus.

Para que os adolescentes selecionados fossem reconhecidos pelo trabalho de monitoria realizado, o Museu solicitou à Secretaria Municipal de Esportes e Turismo o valor de R\$100,00 (cem reais) para cada adolescente, como pagamento pelo serviço prestado ao município durante um mês.

O projeto do Passeio Monitorado pelo Centro Histórico de Batatais foi realizado durante os meses de maio e junho de 2009, com grande aceitação e aprovação das escolas e sociedade local. A paralisação do projeto ocorreu em julho, por ocasião das férias e retornou como um projeto permanente à disposição da comunidade, pela equipe do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís a partir de agosto do mesmo ano.



Figura 31: Ação educativa do Passeio Monitorado sendo realizada com os adolescentes da Fundação José Lazzarini.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, 2009.

As propostas da Educação Patrimonial visavam informar e conscientizar a população interessada em conhecer detalhes da história e arquitetura, sobre a importância de se preservar o bem cultural e recuperar o centro histórico, proporcionando uma relação de afeto da comunidade pelo patrimônio.

Assim, foi desencadeado um processo de aproximação da população ao patrimônio, à memória, ao bem cultural de Batatais, de forma agradável, prazerosa e lúdica; sendo este um instrumento de alfabetização cultural que capacitava o indivíduo para a leitura e compreensão do universo sociocultural em que estava inserido.



Figura 32 Passeio monitorado realizado com os alunos da Associação Batataense de Ensino, 2013

Fonte: <http://colegioabe.blogspot.com/2013/03/passeio-cultural-por-batatais.html>. Acesso nov.2018

A busca de uma relação afetiva com os lugares históricos visa inverter o estado de abandono e as ameaças de descaracterização de imóveis históricos, sem impedir que ocorra a adaptação de usos contemporâneos a imóveis preservados.

O roteiro definido pelo passeio que ainda é realizado nos dias atuais, tem seu início nas escadarias do Santuário Senhor Bom Jesus da Cana Verde, marco de fundação do segundo povoamento da Freguesia de Batatais.

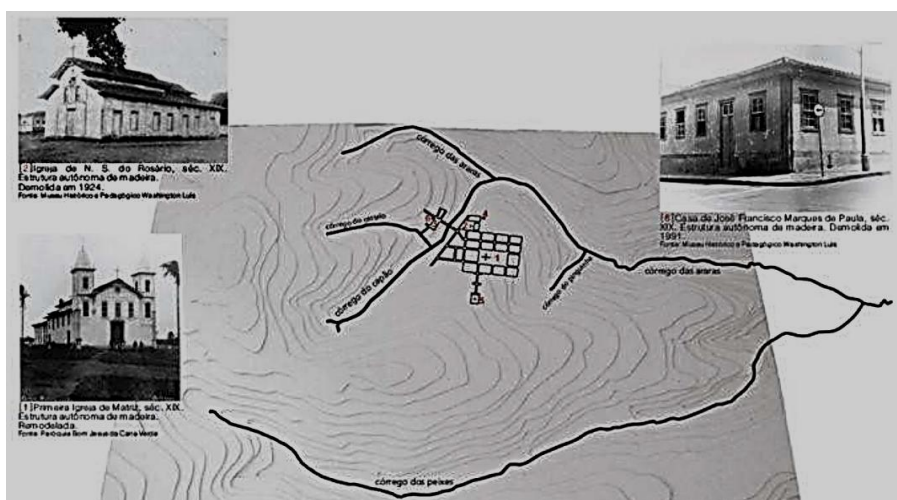


Figura 33: Formação do núcleo urbano de Batatais no início do século XIX, Brasil Colônia.
Fonte: (PAIVA, 2013)

Batatais possui um vasto acervo histórico ao acesso de todos, que corresponde às edificações antigas, principalmente do centro da cidade, que podem ser preservados de forma espontânea pela população, pois andar pela cidade é alargar os muros do museu e assim o público participante do passeio vai aprendendo as curiosidades sobre as marcações de datas e iniciais dos proprietários nas fachadas das casas, as técnicas construtivas determinadas por Códigos de Posturas, os avanços das construções após a implementação da República, os tipos de calçamento, janelas, portas e demais informações que podem ser retiradas apenas da observação da arquitetura e traçado urbano.

O projeto de Passeio Monitorado é importante porque conjuga o patrimônio da Estância Turística de Batatais com a sua população, possibilitando o conhecimento e o acesso à história da cidade de forma prazerosa, lúdica e educativa.



Figura 34: Passeio Monitorado realizado com as escolas em 2017 e panfleto de divulgação roteiro.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1859120564100736&set=pcb.1786398871398407&type=3&theater&ifg=1>. Acesso Nov. 2018.

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2009, s.p.) a “educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”, algo que podemos identificar na prática do Passeio Monitorado, sendo também um forte instrumento para o desenvolvimento da cidadania.

Com o passar dos anos, o Passeio Monitorado foi de adequando a diferentes formatos de grupos, horários, tipologias de roteiros e duração, sendo realizado no período da noite e também aos finais de semana, mediante a formação de grupos.

Os temas abordados no passeio também são diversificados de acordo com o tempo disponibilizado, sendo o maior roteiro realizado durante um percurso de 90 minutos, em que é possível conhecer algumas edificações por dentro e até tomar um café.



Figura 35: Grupo de estudantes do Curso Técnico de Turismo realizando o passeio noturno e grupo de alunos do Ensino Médio conhecendo a Oficina de Talentos.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1449882951691168&set=oa.1391293867575578&type=3&theater&ifg=1>. Acesso Nov. 2018.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1491745220838274&set=oa.1437225539649077&type=3&theater&ifg=1>. Acesso Nov. 2018.

Novos espaços também podem ser anexados no roteiro de acordo com a disponibilidade do grupo e temática do passeio, como por exemplo a inserção neste ano de 2018 dos recém inaugurados painéis artísticos de Roberto Bérghamo (14/02/1964 – 25/10/2018), que ilustram passagens da história, arquitetura e personagens de Batatais no Lago Artificial.



Figura 36: Estudantes conhecendo os painéis artísticos com explicações de um frequentador do Lago Artificial sobre os personagens retratados.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1857421980937261&set=pcb.1784876508217310&type=3&theater&ifg=1>. Acesso Nov. 2018.

2.2.3 Passeio Monitorado pelo Cemitério Paroquial

Neste ano de 2018, o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís iniciou um novo projeto de passeio no Cemitério Senhor Bom Jesus (Cemitério Paroquial), desta vez para se conhecer um pouco mais sobre a arte tumular e curiosidades sobre os antigos moradores de Batatais.

A origem de Batatais está relacionada ao “Caminho do Ouro” realizado pelos bandeirantes sentido a Goiás, também denominado “Caminho dos Goyases” em meados do século XVIII.

Assim como nas demais cidades do norte do estado paulista, a divisão do território, primeiramente habitado pelos índios caiapós, passou de sesmaria para um conjunto de fazendas, e foi em torno de uma destas que se deu a formação do primeiro povoado no final do mesmo século.



Figura 37: Divulgação do Passeio Monitorado ao Cemitério de Batatais
 Fonte: MHP. Dr. Washington Luís, 2018.

Tendo as pessoas o lugar de morar, haveriam também de ter o “lugar de dormir” denominação originária da palavra cemitério (do grego *koimhthron*, pelo latim *coemeterium*) seguindo o conceito da religião hebraico – cristã, de acordo com a qual a morte nada mais é do que um sono que termina com a ressurreição. (CARNEIRO, 2010, p. 169).

A morte para os cristãos era um estágio intermediário, um sono profundo do qual acordariam no dia da ressurreição, quando as almas voltariam a habitar os corpos. É devido a essa crença que os cristãos há muito tempo enterram os corpos dos defuntos com grande escrúpulo. “Essa idéia introduziu uma nova percepção e poupou gerações ao longo de séculos da idéia aterradora do fim definitivo” (FLECK, 2004, p. 199 Apud GIACOIA JR., 2005)

De acordo com Tambellini (2000, p.153), no 1º Livro de Óbitos da Freguezia do Sr. Bom Jesus dos Batataes, existe a referência aos seguintes cemitérios do antigo povoado: Semitério (*sic*) dos Batataes, Semitério do Cubatão, Semitério do Rio Pardo, Semitério do Sapucahí e Semitério da Santa Cruz das Lages também denominado de Semitério das Lages, Semitério de Santa Cruz, Cruz Santa ou Ermida de Santa Cruz,

Seguindo a tradição cristã que data da idade média, os defuntos eram enterrados somente com os sudários, sem caixão e sem a necessidade de um túmulo próprio para o morto, o qual seria sua propriedade perpétua.

Com a mudança do povoado para as terras que Germano Moreira e Anna Luísa doaram para a Igreja, no Campo Lindo das Araras em 1815, é bem provável que um novo cemitério seria providenciado, embora saibamos que grande parte da população era enterrada na igreja quando tinha posses ou no seu redor quando desprovido de bens.

Todavia, segundo pesquisa realizada pela historiadora do Museu, Luciana Squarizi no 1º Livro de Óbitos da Igreja Matriz Bom Jesus da Cana Verde, alguns escravos foram enterrados “dentro desta matris” (*sic*), o que pode ter sido providenciado por seus proprietários.

Desta forma, o primeiro cemitério que se tem notícia no novo povoado de Batatais ficava no entorno da Igreja Bom Jesus da Cana Verde, tendo atualmente enterrados oficialmente em seu interior apenas os párocos Cônego Joaquim Alves, Monsenhor Mário da Cunha Sarmiento e Monsenhor Joaquim Alves.

No entorno da igreja e na praça Cônego Joaquim Alves ficavam algumas sepulturas que foram ignoradas quando a praça foi urbanizada. De acordo com os documentos da igreja, o padre Padre Lafaiete de Godoy, pároco em Batatais de 1901 a 1904, defendeu veementemente os interesses da instituição a ponto de discordar da construção de um coreto frente à igreja, algo que o deixou muito triste principalmente por não ter apoio do deputado da época Dr. Washington Luís.

De acordo com o Padre Pedro Ricardo Bartolomeu pároco da igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais, em entrevista cedida à Gazeta do Triângulo em 23 de julho de 2014:

A saída de Lafaiete foi tumultuada até porque o mesmo era polêmico, mas sempre defendendo a igreja. Em sua despedida no ano 1904, deixou na cidade uma dura carta chamando a todos de pseudo cristãos e por isso, nos dias de hoje, quando algo de errado acontece na cidade, a comunidade acredita que seja praga de padre Lafaiete.

(<http://gazetadotriangulo.com.br/tmp/noticias/igreja-matriz-de-batatais-cogitou-transferir-restos-mortais-de-religioso-sepultado-em-araguari-no-ano-de-1935/>)

Uma nova igreja foi erguida na Freguezia dos Batataes e em 27 de agosto de 1837, o então Visitador Ordinário do Bispado, Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, deixou registrado no Livro de Tombo da paróquia a recomendação para que se conclua as obras da matriz e adverte para a feitura de um cemitério público (TAMBELLINI, 2000, p. 153).

Nenhuma providência fora tomada, posto que em 09 de julho de 1858, o Bispo Diocesano de São Paulo, D. Antônio Joaquim Mello, em visita à cidade de Batatais deixa registrado no Livro de Tombo 1º:

Se não aprovamos as sepulturas dentro da Igreja, não apreciamos os Cemitérios Remotos. Nesta Parochia abastada não há de nenhum modo Cemitério, e sepultão os corpos no Pateo aberto e exposto a toda falta de respeito para com os corpos dos Christãos, que são ou devem ser, o templo do Espírito Santo. Portanto mandamos, que

quanto antes se conclua o Cemitério já começado. Passada esta festa próxima do Senhor Bom Jesus, mandamos que o Reverendíssimo Parocho nem hua festa mais, nem hum Terço ainda mesmo de promessa, enquanto não estiver o Cemitério feito e bento. (TAMBELLINI, 2000, p. 154)

Em 09 de agosto do mesmo ano foi feita a provisão do Bispo concedendo a faculdade de benção para o Cemitério da Freguezia da Cana Verde.

O primeiro cemitério público oficial de Batatais era denominado Cemitério do Bosque e foi concluído em agosto de 1858, local onde havia eucaliptos, provavelmente em frente ao atual Estádio de Futebol, ao final da Rua Barão de Cotegipe.

Segundo Tambellini (2000, p. 154), tal cemitério funcionou por cerca de 30 anos, visto que em 28 de julho de 1888 o Bispo de São Paulo, D. Lino Deodato de Carvalho, concede a licença para se erigir, fundar e benzer novo cemitério pela paróquia.

O novo cemitério paroquial fora aprovado pelo Bispo de São Paulo em 06 de abril de 1889 e o Regulamento do “Novo Cemitério” data de 05 de abril do mesmo ano.

Segundo Tambellini, a edificação do primeiro cemitério não teve como protagonista as irmandades, como era tradição na região, enquanto os cemitérios municipais não eram construídos.

Em 1861, foi benzido o Cemitério Público da Matriz, ou Municipal de Batatais – notemos a coincidência entre os termos: público, da matriz e municipal, o que revela a ambiguidade que envolvia os cemitérios, assim como toda a sociedade, entre a existência sagrada e a secularização. Menos de três décadas depois, em 1889, esse cemitério – chamado de Cemitério do Bosque pela existência de eucaliptos em seu território – foi desativado em prol de um outro, o de São Paulo, situado nas imediações do primeiro, mas cuja administração já se deu integralmente sob a responsabilidade municipal. (TAMBELLINI, 2000, p.153)

Segundo o memorialista Jean de Frans, o Código de Posturas de 13 de abril de 1872 proibia, sob pesada multa, que oscilava entre vinte e trinta mil réis, enterrar-se corpos humanos senão no cemitério público.

(...) os cadáveres, depois da competente encomendação na igreja, seriam levados, à mão ou em carro fúnebre, caixão ou esquife, do modo por que tiverem disposto em seus testamentos ou por vontade de seus parentes. Todo aquelle que, falecesse repentinamente, seria examinado por pessoas profissionaes, juramentadas, se as houver no lugar, antes de ser sepultado, estabelecida para a transgressão de tão salutar disposição, a multa de oito mil

réis, além de ficar o mandante do enterro, responsável pelas custas e despesas da exumação, no caso de haver suspeitas de ter sido a morte um homicídio. (pp.27 e 28)

Apesar da responsabilidade da igreja na encomenda das almas, o Palácio do Governo da Província de São Paulo antes mesmo da Proclamação da República, em 23 de maio de 1889, emitiu uma circular assinada pelo Barão de Jaguará, determinando que “não consistam enterramentos no cemitério desse Município, sem constar da certidão de óbito passada pelo escrivão de paz o ‘sepulte-se’ do respectivo Parocho” salvas as restrições da Circular de 20 de abril de 1886.



Figura 38: Túmulo de Imigrante italiano e símbolo de alfa e ômega que na tradição cristã representa a eternidade de Deus.

Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A República de 1889 implanta uma nova forma de organização da sociedade tendo a necessidade de um espaço laico para o culto aos mortos e o atendimento aos preceitos higienistas.

A partir da segunda metade do século XX, mudanças no meio familiar alteram as formas de se velar o corpo que antes ficava exposto e era visitado pelos entes queridos na casa da família, passando para os velórios, por questões de higiene e por melhores condições de vivenciar esta situação.

Mediante as novas regras republicanas, 13 anos após a inauguração do Cemitério Paroquial, em 1902, o então prefeito Renato Jardim aprova o projeto de lei de criação do Cemitério Municipal inaugurado em 1903. Tal medida vinha ao encontro da criação do estado laico e da obrigatoriedade do governo assumir o registro civil da sociedade.

Presume-se que a partir deste momento, a cidade passou a ter a distinção entre os dois cemitérios, sendo o primeiro considerado o Cemitério dos Ricos e o segundo o Cemitério dos Pobres, fazendo a mesma alusão ao período em que os mais abastados eram enterrados no interior das igrejas e os demais nos arredores.

Os cemitérios foram sendo assim, ocupados de forma a exteriorizar a fé e a importância social e econômica das famílias batataenses, que perpetuaram seus nomes em mausoléus, capelas e túmulos suntuosos, de grande valor artístico e com localização privilegiada no Cemitério Paroquial Senhor Bom Jesus (Ricos) e túmulos mais modestos com poucas imagens sacras e muitos descendentes de italianos e até maçons no Cemitério Municipal da Saudade (Pobres).



Figura 39: Vista aérea dos cemitérios, Paroquial e Municipal.

Fonte: www.google.com.br/maps/place/Batatais. Acesso Nov.2018.

A arte executada em sepulturas nos cemitérios e igrejas é a representação ideológica, social e econômica, interpretando a vida e a morte, e pode ser feita através de um conjunto de símbolos ou de uma obra narrativa, utilizando-se materiais variados como o mármore, o granito, o ferro fundido e o bronze.



Figura 40: Ancora (símbolo da esperança) e anjos e arcanjos (mediadores entre o céu e a terra)
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A arte tumular atingiu seu apogeu nos séculos XVIII e XIX, seguindo a linha da nobreza (utilizava mais o símbolo aliado a seus brasões) ou da burguesia industrial (com a necessidade de demonstrar a sua importância através da suntuosidade). Os túmulos mais antigos usavam o mármore de Carrara, que posteriormente passou a ser substituído pelo mármore comum, granito ou bronze.



Figura 41: Baldaquino, coluna partida e cruz de madeira, simbologias da fé cristã
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Sendo o Cemitério Paroquial o cemitério dos ricos cristãos, o mesmo é repleto de arte tumular de grande valor histórico e artístico.

Durante o passeio são abordados temas como a simbologia cristã dos túmulos e arte funerária, identificando a fé ou a intenção da proteção da alma após a morte. O público participante é incentivado a descobrir novos símbolos e se relacionar de uma forma nova com este lugar de memória repleto de informações sobre a história de Batatais.



Figura 42: Passeio monitorado no Cemitério Bom Jesus

Fonte: Imagens retiradas de reportagem da TV Educadora, 18 de maio de 2018.

Após o estudo do processo de constituição do reconhecimento do patrimônio cultural de Batatais pelos órgãos encarregados deste trabalho nas esferas federal, estadual e municipal, e conhecer algumas das ações educativas desenvolvidas pelo setor público, através do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, podemos identificar alguns pontos negativos que dificultam a gestão coletiva do patrimônio cultural de Batatais, sendo:

- A política patrimonial de Batatais, apesar da efetiva atuação do Conselho de Patrimônio e constantes processos de tombamento do patrimônio material, não envolve a população na definição dos bens a serem preservados e raramente divulga as ações que estão sendo realizadas pelo COMPHAC;
- Os tombamentos até então realizados pelos órgãos do patrimônio (IPHAN, CONDEPHAAT e COMPHAC) se resumem aos bens materiais, não sendo feita nenhuma alusão ao registro dos bens imateriais da cidade;
- As ações educativas realizadas pelo Museu, em sua maioria são voltadas para crianças e adolescentes, não atingindo o público adulto e idoso que também deveria ser inserido em projetos de Educação Patrimonial;
- Os exemplos de Educação Patrimonial apresentados correspondem a métodos de vivência da cultura ou dos espaços que ficam registrados apenas enquanto memória, não gerando novos suportes que possam garantir a permanência das lembranças dessas experiências.

O diagnóstico acima possibilita a compreensão dos avanços e o planejamento de novas ações que permitam vencer as barreiras que impedem a gestão coletiva do patrimônio Cultural de Batatais.

3. PROJETO DE GESTÃO COLETIVA DO PATRIMÔNIO

Entende-se como uma das principais características do projeto de gestão coletiva do patrimônio, a possibilidade de envolver diferentes segmentos da sociedade na definição de seus bens culturais e consequente suas salvaguardas.

Para proporcionar este processo democrático, unindo órgãos públicos e sociedade civil, é preciso criar um projeto que atraia o interesse da população e que não tenha grandes custos de execução, possibilitando o acesso à informação sobre o patrimônio cultural de Batatais de uma forma simples e até mesmo lúdica.

Todas essas qualidades estão presentes na proposta do “Álbum de figurinhas de Batatais”, que possibilita o acesso aos conteúdos culturais, integrando as ações dos órgãos de preservação com a sociedade interessada.

3.1 Álbum de Figurinhas sobre os bens culturais de Batatais

O “Álbum de Figurinhas de Batatais” constitui um projeto de Educação Patrimonial que envolve uma grande diversidade da sociedade e gera um tipo de material que pode ser guardado, justamente porque constitui um produto que estimula a sua coleção, funcionando como válvula propulsora de novas histórias e memórias.

A presente ideia surgiu durante a realização de uma atividade escolar do ensino fundamental em que o professor de português solicitou aos alunos do 7º ano que desenvolvessem um roteiro turístico de três dias para a cidade de Batatais.

Roteiro elaborado, os alunos poderiam escolher qualquer tipo de suporte para a sua divulgação, sendo então proposto pela família de uma das alunas, que a mesma aproveitasse a moda dos álbuns de figurinhas da Copa para também criar um álbum do roteiro de Batatais.

A partir deste momento, o que era para ser um trabalho escolar se tornou uma monografia de especialização na área de Educação Patrimonial, tendo a possibilidade de ser avaliado quanto ao interesse e viabilidade do mesmo em vários setores da sociedade batataense.

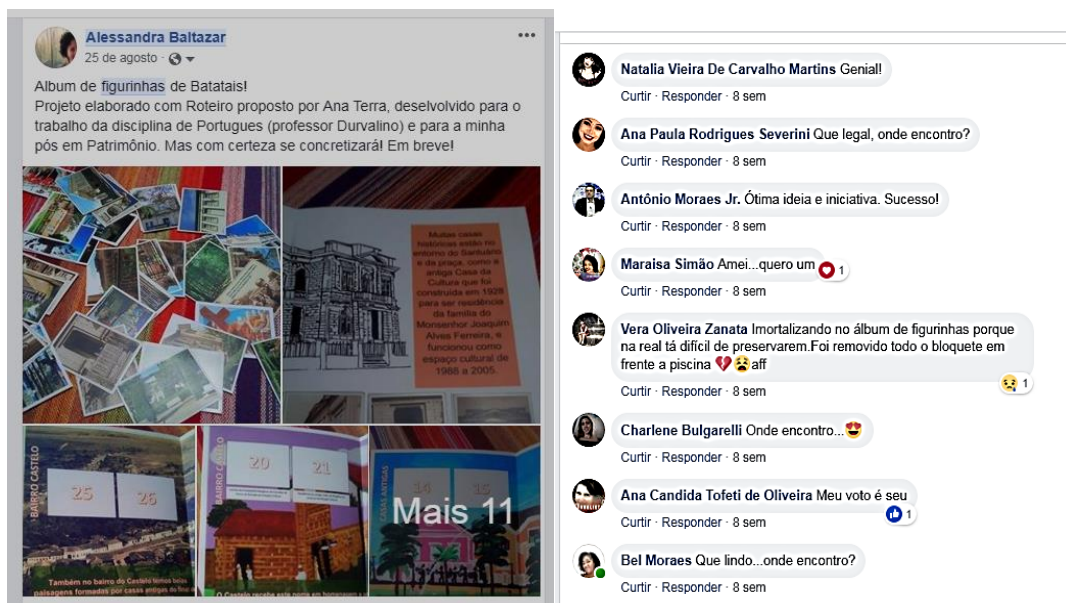


Figura 43: Divulgação do projeto nas redes sociais pela autora e manifestação dos contatos.
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A manifestação de interesse em adquirir o álbum não ficou restrita ao grupo de contatos das redes sociais, sendo feito também o convite tanto da Secretaria de Turismo, quanto da Secretaria de Educação para que o álbum fosse publicado.

Desta forma, a primeira edição do “Álbum de Figurinhas de Batatais” está prevista para ser lançada no mês de março de 2019, durante as comemorações do aniversário de Batatais, com a edição de 2000 exemplares para serem distribuídos aos alunos das escolas municipais de Batatais.

Os custos de impressão dos álbuns e figurinhas serão pagos com recurso da Secretaria Municipal de Educação e os alunos serão incentivados a trocarem as figurinhas tanto na escola quanto em espaços públicos habitualmente frequentados para esta prática, em praças e próximo a bancas de jornais.

Sabendo que os álbuns geram o interesse não apenas das crianças, mas que os mesmos acabam por seduzir toda a família na busca pelas figurinhas, além do aprendizado das histórias e curiosidades que são divulgadas, é certo que toda a família irá se interessar em conhecer o conteúdo do álbum e completar a coleção.

O primeiro álbum a ser lançado, foi elaborado a partir do roteiro de Ana Terra Baltazar Silva (vide anexo) e ilustrações e fotos de autoria de Alessandra Baltazar e novamente Ana Terra.

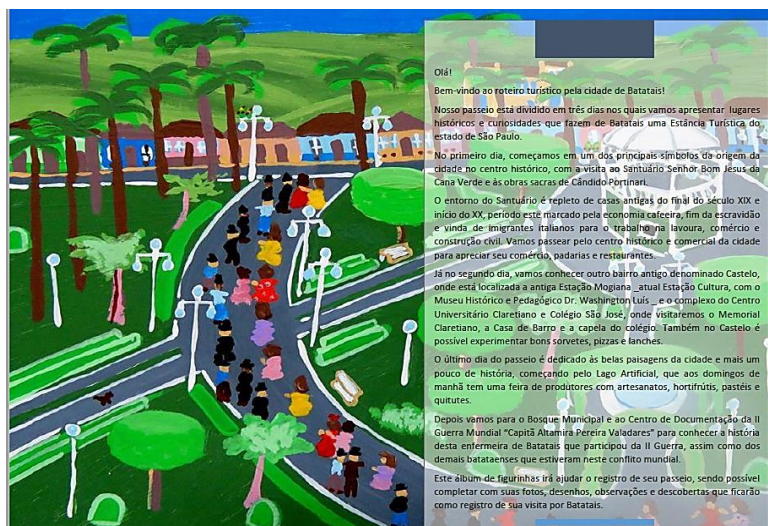


Figura 44: Página de apresentação do roteiro
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A ideia é que nos próximos álbuns, a serem lançados uma vez por ano, haja a possibilidade das pessoas encaminharem fotos para a Secretaria de Educação a partir dos temas anunciados na contracapa do álbum anterior, ou seja: no álbum de edição número um haverá a informação sobre os temas que serão retratados no álbum de edição número dois, dando um prazo de dois meses para que as pessoas interessadas encaminhem fotos inéditas que possam ser escolhidas para serem as figurinhas do próximo álbum.

Outra metodologia que será aplicada com o álbum é a possibilidade de votação pelas redes sociais, sobre os temas que deverão compor a próxima edição, incentivando a parceria entre poder público e comunidade na definição dos bens a serem divulgados e possivelmente salvaguardados.

A distribuição gratuita dos álbuns de figurinhas na rede escolar permitirá a ampla participação dos indivíduos e da sociedade no processo de conhecimento de seu patrimônio e o convite a participar da elaboração do próximo álbum com votação de temas ou encaminhamento de fotos, visando reforçar o sentimento de autoestima, considerando a cultura batataense como múltipla e plural.

Todo álbum de figurinha, a partir da segunda edição, terá as seções: “Retrato da Sociedade”, “A arte de...”, “Arquitetura de...”, além de abordar os recursos naturais, economia, cultura popular, histórias e lugares da cidade; criando um panorama amplo do que vem a ser o patrimônio cultural de Batatais e despertando a compreensão da conexão entre os bens materiais e imateriais.

Desta forma, os temas propostos para a segunda edição do álbum de figurinhas em 2020 são: a primeira capela de Batatais, Arquitetura de Ângelo Rossini, a economia cafeeira, Horto Florestal, a arte de Roberto Bergamo, Retrato da Sociedade: Migrantes mineiros, Clube Princesa Isabel, Festa de Santos Reis e o Futebol de Algisto Lorenzato. Para todos esses temas pode haver a participação da população no encaminhamento de fotografias.

O público também poderá escolher mais um tema que fará parte do próximo álbum, no caso tendo que opinar entre: Cemitério da Saudade ou Vida Rural.

Em 2021, os temas propostos para a terceira edição do álbum de figurinhas são: Anselmada, Arquitetura de Rômulo Rigoto, a arte de Con Silva Naif, a economia leiteira, Parque Náutico, Retrato da Sociedade: Migrantes nordestino, Teatro Municipal Fausto Bellini Degani, Carnaval, o feminismo de Diva Nolf Nazário, Detalhes da arquitetura: porões, além da definição entre os temas Córrego do Castelo e Artesanato local.

Em 2022, os temas propostos para a quarta edição do álbum de figurinhas são: Washington Luís, Arquitetura de Carlos Zamboni, a economia da cana de açúcar, Bosque Municipal, a arte de Aparecido Diani, Retrato da Sociedade: Comunidade afro-brasileira, Clube 14 de Março, Procissões, o futebol de Zeca Lopes, além da definição entre os temas calçadas e profissões.

Em 2023, os temas propostos para a quarta edição do álbum de figurinhas são: Fazenda Macaúbas, Arquitetura de Carlos Zamboni, a economia do aço inox, Topiarias, a arte de Agaso, Retrato da Sociedade: Comunidade sírio libanesa, Centro Cultural Professor Sergio Lauratto, Culinária, a capoeira do Grupo Axé Liberdade, além da definição entre os temas Entidades Assistenciais e Dança.

Em 2024, os temas propostos para a quinta edição do álbum de figurinhas serão: Altino Arantes, a economia têxtil, Lago Artificial, a arte de Maclau, Retrato da Sociedade: Comunidade italiana, Igreja de Santo Antônio, Quermesses, o Fantasma da Mogiana, Gordovia, além da votação entre os temas pássaros e alimentos típicos.

Em 2025, os temas propostos para a sexta edição do álbum de figurinhas são: Joaquim Antão Fernandes, a economia criativa, Praça Dr. Jorge Nazar, a arte de Bassano Vaccarini, Retrato da Sociedade: Comunidade japonesa, Estação Mogiana, Benzedeiros, o futebol de Baldochi, Bar do Calila, além da votação entre os temas bustos e paisagens.

Em 2026, os temas propostos para a sétima edição do álbum de figurinhas são: José Olympio, Centro de Documentação da II Guerra Mundial, Retrato da Sociedade: Comunidade chinesa, Arte funerária, Clube ABR Operária, Parque das Nascentes, Festa do Leite, Detalhes da arquitetura: grupo escolar Dr. Washington Luís, Cachoeira o São Carlos, além da votação entre os temas grafites e lanches.

Em 2027, os temas propostos para a oitava edição do álbum de figurinhas são: o judô de Batatais, Memorial Claretiano, Retrato da Sociedade: migrantes pernambucanos, a arte de Zé do Lino, Festival do Folclore, Detalhes da arquitetura: Câmara Municipal, Cemitério Paroquial, nossos pracinhas da FEB, Cafeteira Bradaschia, além da votação entre os temas cavalgadas e fogão à lenha.

Já em 2028, todos os temas que foram eliminados nas votações anteriores formarão a nona edição, além da tradicional votação entre patrimônio material ou imaterial; e assim sucessivamente a cultura do “Álbum de Figurinhas de Batatais” poderá ser mantida e modificada de acordo com as novas formas de relação com o patrimônio que possam surgir, estimulando o diálogo permanente entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural.

Além da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, existe a possibilidade de se financiar outra quantidade de álbuns através do fundo municipal de cultura, e venda das figurinhas por instituições sociais e setores comerciais que ocupam edificações históricas, gerando a necessidade dos colecionadores visitarem esses espaços e movimentando a economia criativa no município.



Figura 45: Exemplos de instituições sociais e estabelecimentos comerciais que ocupam edificações históricas no centro de Batatais.

Fonte: <https://ojornaldebatais.com.br/uma-casa-que-abriga-com-arte-o-verdadeiro-lado-social-da-vida/> e <https://www.facebook.com/ojornaldebatais/photos/a.172457166240212/1023923644426889/?type=1&theater>. Acesso em novembro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a história da política patrimonial em Batatais, podemos constatar que, apesar dos avanços em relação à atuação do COMPHAC e as ações educativas permanentes do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, tais atividades continuam restritas aos trabalhos dos intelectuais e gestores públicos.

Para envolver a sociedade civil na gestão de seu patrimônio cultural é preciso criar estratégias que possibilitem esta integração sem ser impositiva ou demasiadamente extensa em relação ao conteúdo.

As edições dos álbuns de figurinhas de Batatais cumprem essas duas funções ao oferecer informações sobre o patrimônio material e imaterial de Batatais de forma lúdica, possibilitando a participação da sociedade no encaminhamento de fotos e escolha de temas, além de gerar a demanda da coleção dos respectivos álbuns que se tornam suportes da memória e identidade local.

As edições anuais dos álbuns também se adequam à perspectiva de que a cultura é algo vivo e dinâmico, podendo aparecer novos costumes, construções, produtos e personagens na configuração da identidade cultural de Batatais.

Os álbuns de figurinhas de Batatais possibilitarão o acesso a inúmeras informações e curiosidades sobre a cidade e assim, voltando a citar Magalhães (1997, p. 190), “a comunidade é a melhor guardiã do patrimônio” e “só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece”.

REFERÊNCIAS

- BALTAZAR, A. Educação Patrimonial. **Ação Educativa Patrimônio Imaterial de Batatais**, Batatais, 26 fevereiro 2011. Disponível em: <<http://educacaopatrimonial.blogspot.com/2011/02/acao-educativa-patrimonio-imaterial-de.html>>. Acesso em: 2018.
- BATATAIS. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais. **http://www.batatais.sp.gov.br**, 16 dezembro 2004. Disponível em: <http://www.batatais.sp.gov.br/?page_id=111>. Acesso em: 08 novembro 2018.
- BATATAIS. **Decreto Lei nº 3464**. [S.l.]: [s.n.]. 22 março 2017.
- BRASIL. Constituição Federal. **Artigo 216 Parágrafo 1º**, Brasília DF, 1988.
- BRASIL. Decreto 3.551. **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial**, Brasília DF, 2000.
- CARDOSO, W. **Bom Jesus da Cana Verde dos Batataes**: das bandeiras à cidade. Batatais: [s.n.], 2014.
- CARNEIRO, M. Quando o silêncio se rompe: Cemitério Municipal de São José, Ponta Grossa (1881 - 2007). **Revista Tempo Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 1, jan./jul. 2010.
- CASTRO, C. Y. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. **P@rtes**, Caxias do Sul, 2006. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.p>>.
- CONDEPHAAT. Processo 69.966/2013. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 julho 2017. 35. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/152339304/dosp-executivo-caderno-1-05-07-2017-pg-35>.
- FERREIRA, A. B. D. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Brasil: Positivo, 2009.
- FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Á. B. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN, 2012. p. 104.
- GIACOLA JR., O. A visão da morte ao longo do tempo. **Revistas USP**, Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/418/419>>. Acesso em: 2018.
- GIOVANAZ, M. Mário de Andrade: ativista da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre:, v. 31, 1979.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências Demográficas. Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.
- ICOMOS. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, México, 1985.
- IPHAN. Quadros (14) de autoria de Cândido Portinari. Livro de Tombo de Belas Artes, folha 95, sob o número 519: [s.n.], 1974. Disponível em: <www.acervodigital.iphan.gov.br>. Acesso em: 2018.
- IPHAN. Carta de Petrópolis. **1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos**, Petrópolis, 1987.
- IPHAN. Carta de Atenas - 1931. In: CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. [S.l.]: [s.n.], 2004.

IPHAN. Educação Patrimonial. **portal.iphan.gov.br**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 10 novembro 2018.

LONDRES, C. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Á. B. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN, 2012. p. 104.

MAGALHÃES, A. E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil., Rio de Janeiro, n. 2. ed., 1997.

MASSOLI, W. R. Acervo Digital de Batatais. **Facebook**, 25 fevereiro 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10152559393322133&set=gm.387139218136189&type=3&theater&ifg=1>>. Acesso em: 18 outubro 2018.

PAIVA, K. F. **Arquiteturas, usos e espaços públicos: proposições para uma pequena cidade - Batatais/SP**. Uberlândia: UFU, 2013.

PEGRUCCI, C. Acervo Digital de Batatais. **Facebook**, 19 janeiro 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/AcervoDigitalBatatais/search/?query=Dona%20Mulata>>. Acesso em: 18 outubro 2018.

PESENTI, J. C. Acervo Digital de Batatais. **Facebook**, 29 julho 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=929345433796442&set=gm.449845861865524&type=3&theater&ifg=1>>. Acesso em: 18 outubro 2018. Foto do Acervo de Maria Aparecida Rigotto Ferreira.

PRESTES, M. P. **Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Batatais**. Batatais. 2010.

RAMOS, E. Do mercado ao museu: a legitimação artística da gravura popular. **Visualidades**, v. 8, n. nº1, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18209>>.

SANTILLI, J. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico suis generis de proteção. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, s/d. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/juliana_santilli.pdf>. Acesso em: 2018.

TAMBELLINI, J. M. **A Freguezia dos Batataes**. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

ULIANA, A. Acervo Digital de Batatais. **Facebook**, 16 julho 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1556011088040535&set=gm.568309183352524&type=3&theater&ifg=1>>. Acesso em: 2018. Registrada por Luis Renato de Souza.

UNESCO. Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas – UNESCO, Nova Delhi, 1956. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>>. Acesso em: 2018.

UNESCO. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Paris: [s.n.], 1962.

VERRI FILHO, O. **plataformaverri.com.br**. **Plataforma Verri**. Disponível em: <<http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=B&idCity=8&idCategory=8&idBook=1239>>. Acesso em: 08 novembro 2018.

ANEXOS

Páginas 01 e 02 do álbum de figurinhas

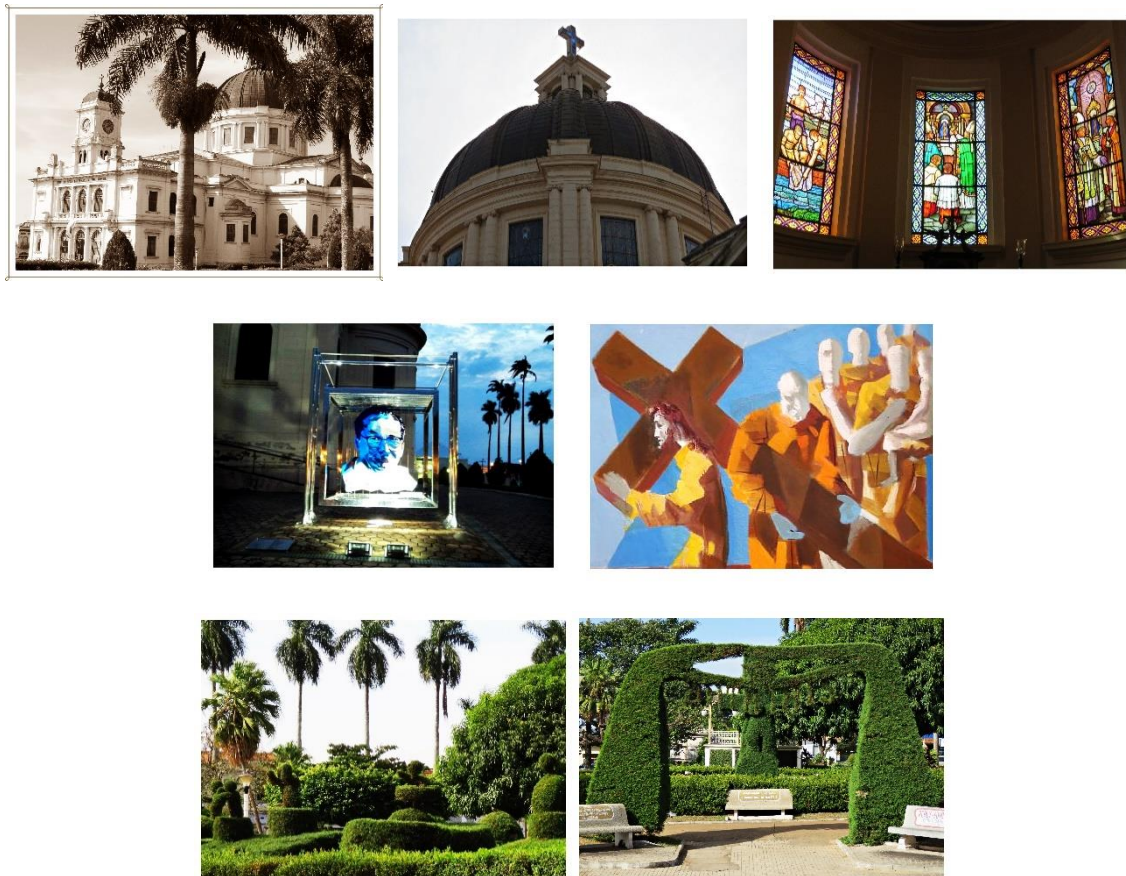
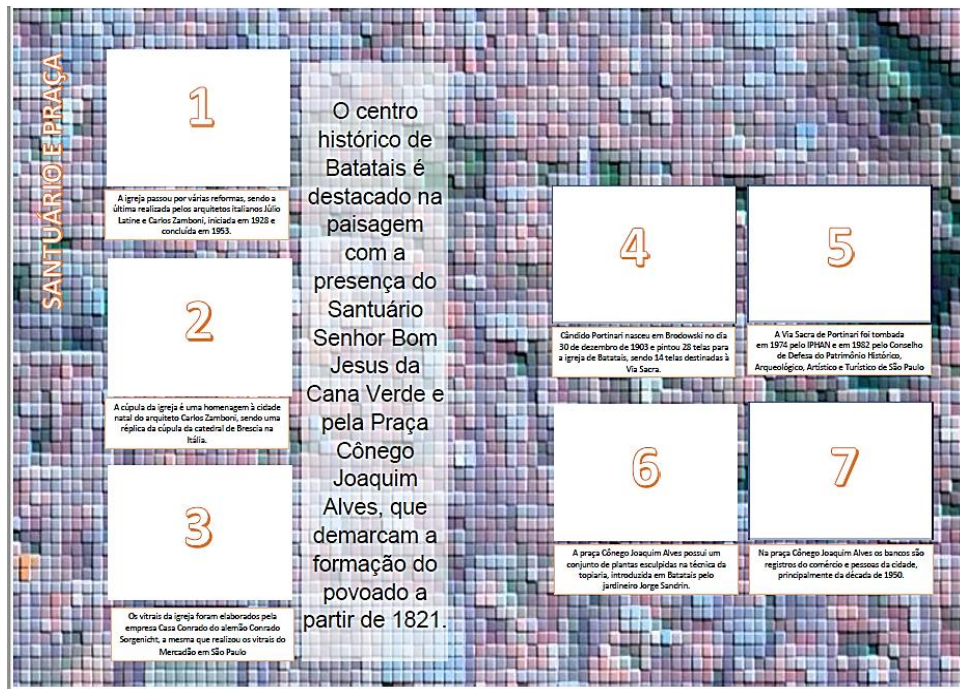
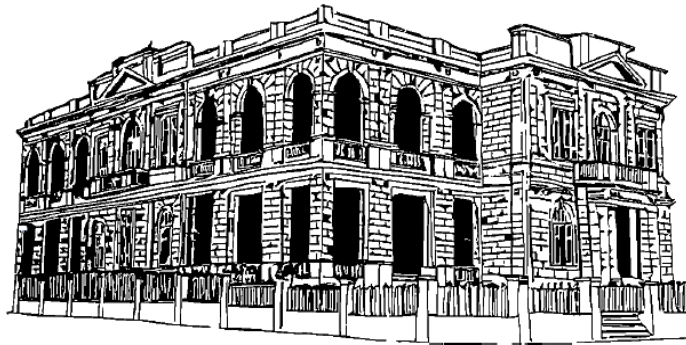


Figura 46: Página sobre o Santuário Senhor Bom Jesus e Praça Cônego Joaquim Alves, com as figurinhas.
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Páginas 03 e 04

ANTIGA CASA DA CULTURA



Muitas casas históricas estão no entorno do Santuário e da praça, como a antiga Casa da Cultura que foi construída em 1928 para ser residência da família do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, e funcionou como espaço cultural de 1988 a 2005.

8

9

10

11

12

13

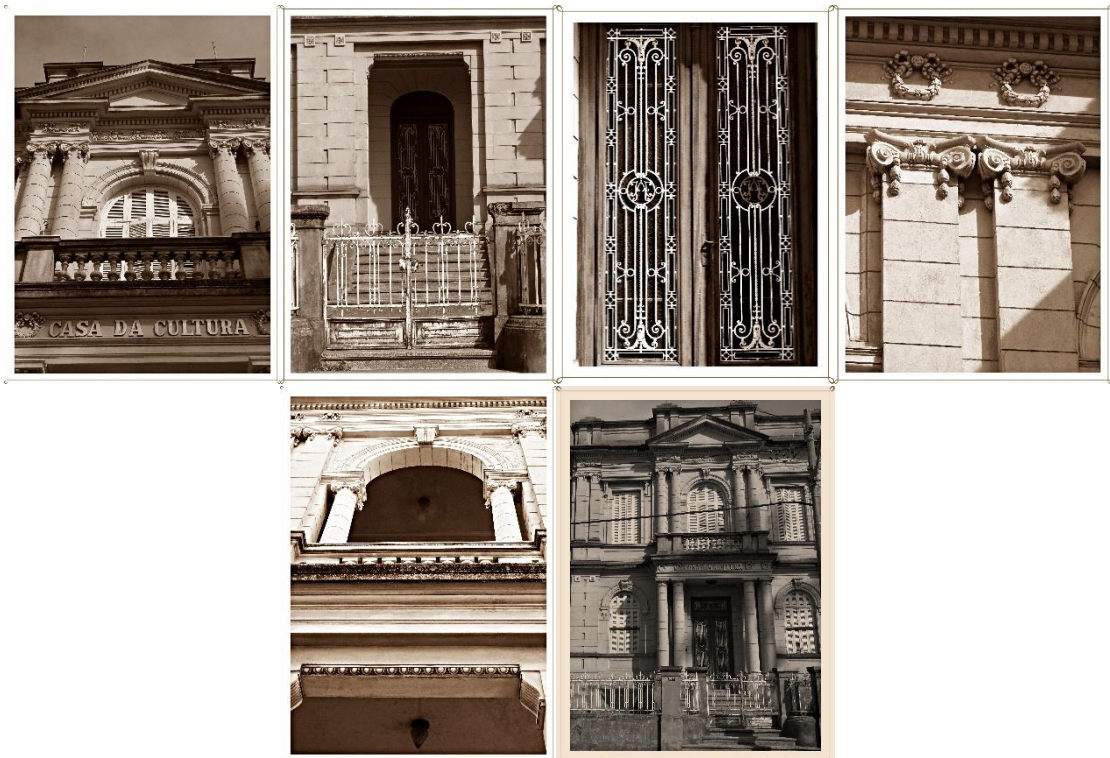


Figura 47: Página sobre o Palacete do Monsenhor Joaquim Alves Ferreira e figurinhas.
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Páginas 05 e 06



Figura 48: Página sobre casarões e detalhes da arquitetura, com as figurinhas.
 Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Páginas 07 e 08



Figura 49: Página sobre o Bairro do castelo e figurinhas.
 Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Páginas 09 e 10



Figura 50: Página sobre o Bairro Castelo e figurinhas.
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Páginas 11 e 12

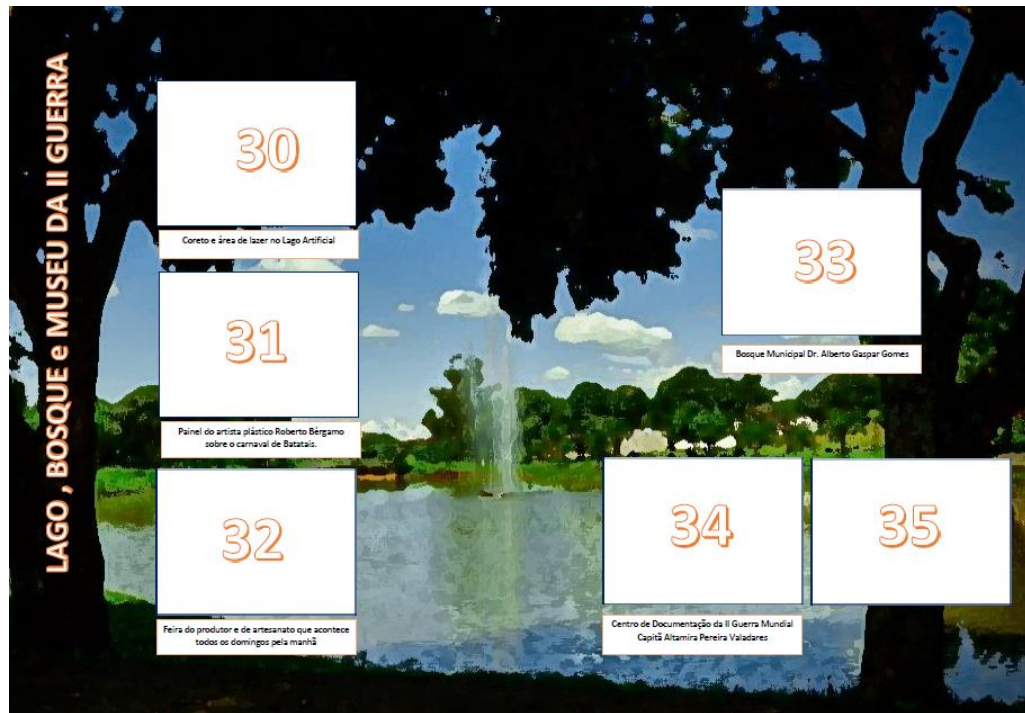


Figura 51: Página sobre os recursos naturais e museu, com figurinhas.
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Páginas 13 e 14



Figura 52: Página sobre os eventos culturais com figurinhas.
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Redação da aluna Ana Terra que deu início ao álbum de figurinhas

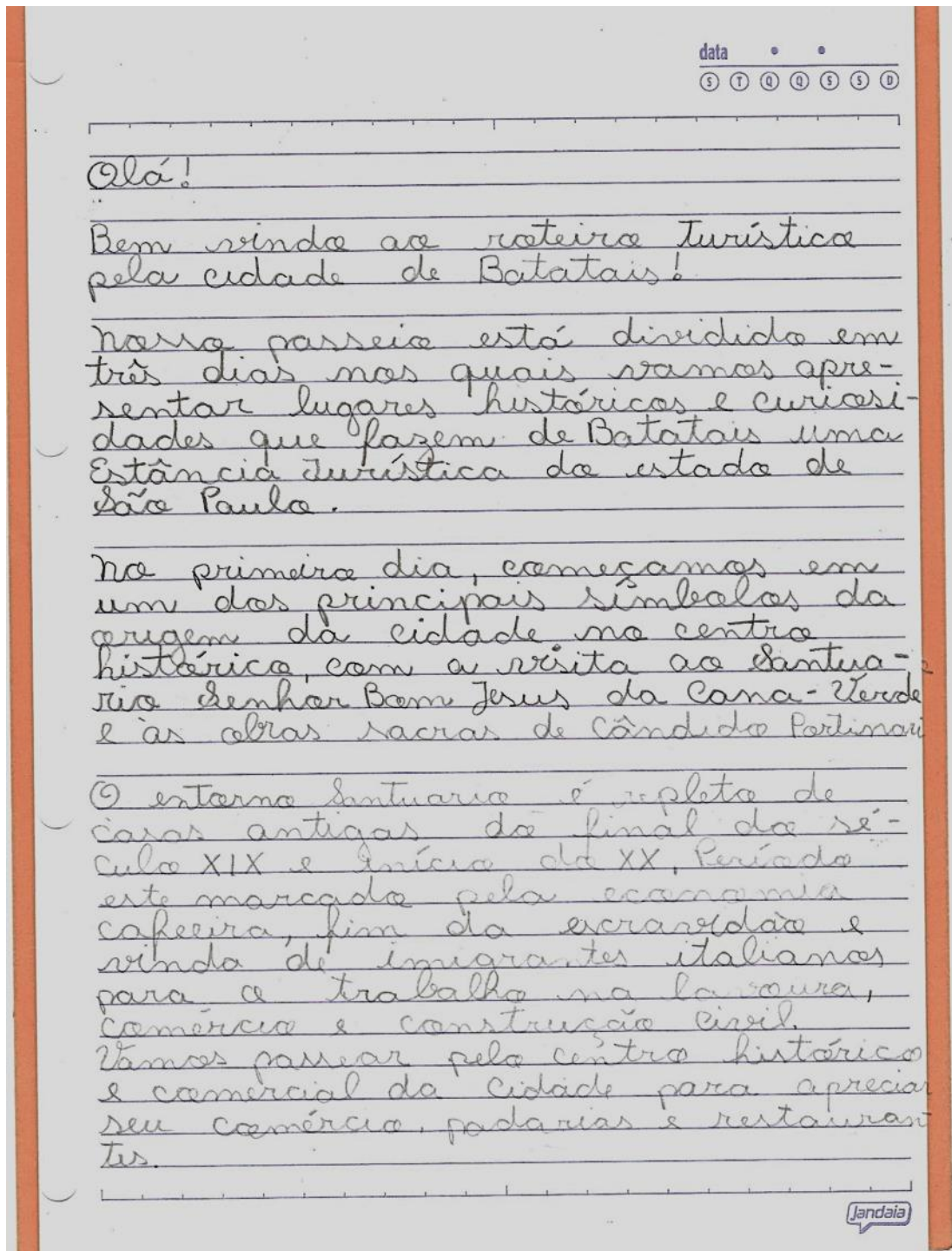


Figura 53: Redação sobre o álbum de figurinhas
Fonte: Ana Terra Baltazar Silva, 2018

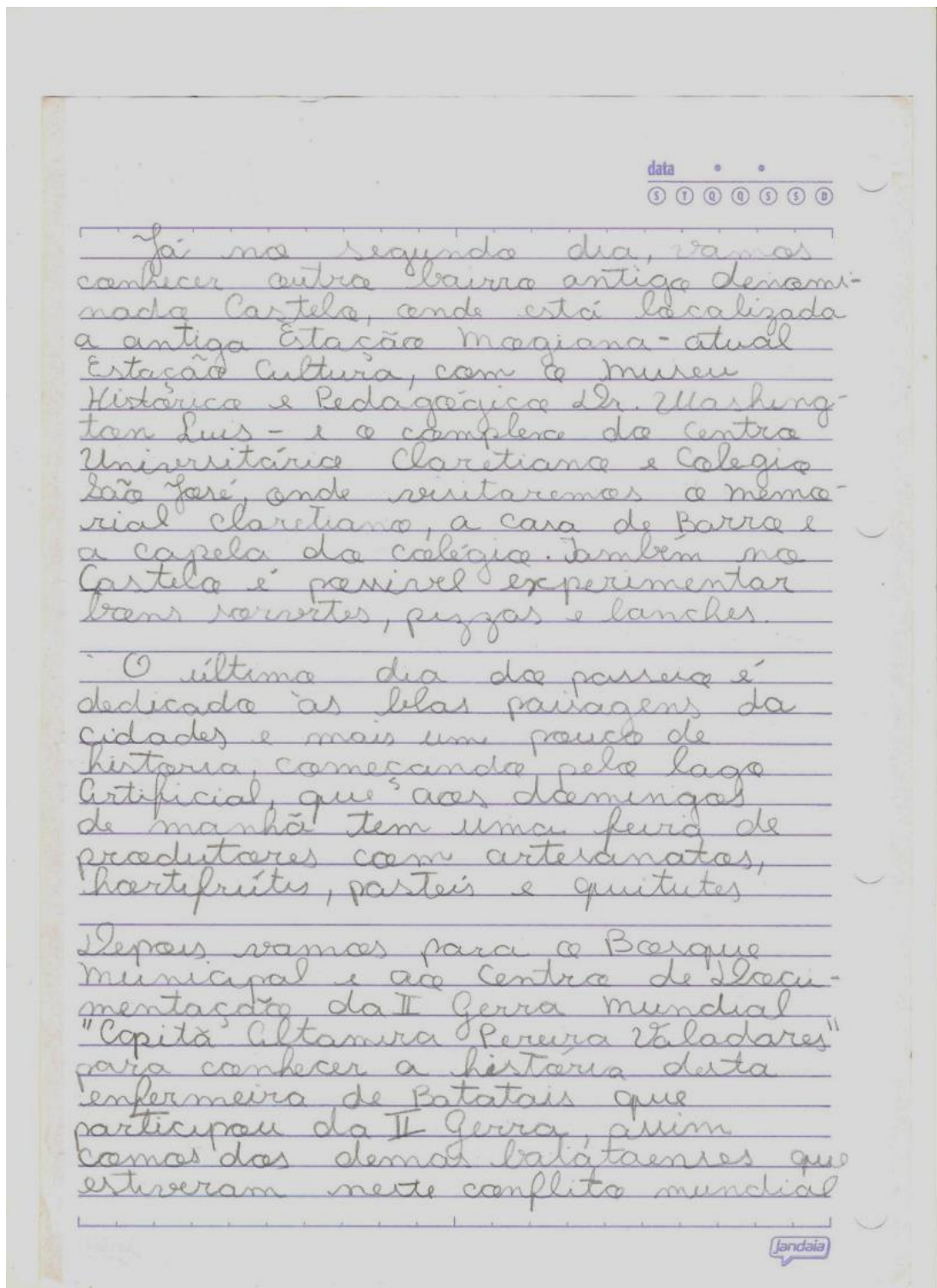


Figura 54: Redação sobre o álbum de figurinhas
 Fonte: Ana Terra Baltazar Silva, 2018

